

Adelcio Machado dos Santos

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

propedêutica, paradigmas e pensadores



Adelcio Machado dos Santos

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

propedêutica, paradigmas e pensadores

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Adelcio Machado dos Santos © 2026

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237e

Santos, Adelcio Machado dos

Economia política internacional: propedêutica, paradigmas e pensadores. /
Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

72 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-16-5

DOI: 10.29327/5797834

1. EPI. 2. Capitalismo global. 3. Globalização econômica. 4. Crises econômicas. 5. Paradigmas teóricos. I. Título.

CDU: 339.9:32

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado à memória de
Celso Furtado

"A economia mundial não é um sistema neutro: é um sistema de poder que se estrutura em favor das nações centrais" (TAVARES, 1987, p. 112).

TAVARES, Maria da Conceição. O Brasil e o Estado de Bem-Estar Social. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é Economista (CORECON/SC 3840 e Sociólogo (MT/SC 222).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Direito, Ciências Econômicas e Sociologia.

Labora nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Gestão Urbana, Filosofia da Psicanálise, Constitucionalismo, Saúde Coletiva e Desenvolvimento Rural.

Ex: Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE), Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, CRECI, OMB, OAB, CRBio, MT.

Por final, deu a lume a 104 livros, 165 capítulos de livros e 449 artigos científicos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM – Banco Mundial

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EPI – Economia Política Internacional

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IED – Investimento Estrangeiro Direto

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UE – União Europeia

RESUMO

Este trabalho analisa, de forma crítica e sistemática, os fundamentos teóricos, históricos e analíticos que estruturam a EPI, considerando seus principais processos constitutivos, paradigmas explicativos e autores de referência. Parte-se do exame do imperialismo, do colonialismo e da dependência econômica para demonstrar que a formação do sistema capitalista mundial ocorreu de maneira desigual, produzindo hierarquias persistentes entre países centrais e periféricos. Em seguida, discute-se a globalização econômica e as reconfigurações do capitalismo contemporâneo, evidenciando o avanço da financeirização, a ampliação do poder das corporações transnacionais e a redução das margens de autonomia estatal, especialmente nas economias em desenvolvimento. O estudo também aborda as crises econômicas internacionais como elementos estruturais do capitalismo, ressaltando seus impactos profundos sobre políticas públicas, relações de poder e desigualdades sociais. Na dimensão teórica, são apresentados e analisados os principais paradigmas da EPI — liberal, realista (ou mercantilista), marxista e estruturalista, bem como as abordagens críticas contemporâneas — destacando-se suas contribuições analíticas, limites explicativos e relevância para a compreensão da ordem econômica global. Ademais disso, o trabalho revisita os principais pensadores da EPI, desde os autores clássicos até os contemporâneos, demonstrando como suas formulações refletem contextos históricos específicos e continuam a influenciar os debates atuais. Conclui-se que a EPI constitui um campo plural e dinâmico, cuja compreensão exige uma abordagem histórica, interdisciplinar e crítica, capaz de articular economia, política e poder. Tal perspectiva é fundamental para interpretar as contradições do capitalismo global e subsidiar reflexões voltadas à redução das disparidades internacionais e à construção de alternativas mais equitativas e sustentáveis.

Palavras-chave: EPI; capitalismo global; globalização econômica; crises econômicas; paradigmas teóricos.

ABSTRACT

This study provides a critical and systematic analysis of the theoretical, historical, and analytical foundations that structure EPI, addressing its main constitutive processes, explanatory paradigms, and key thinkers. It begins by examining imperialism, colonialism, and economic dependency, demonstrating that the formation of the global capitalist system occurred in an unequal manner, generating persistent hierarchies between core and peripheral countries. Subsequently, it discusses economic globalization and the reconfigurations of contemporary capitalism, highlighting the expansion of financialization, the growing power of transnational corporations, and the reduction of state autonomy, particularly in developing economies. The study also addresses international economic crises as structural elements of capitalism, emphasizing their profound impacts on public policies, power relations, and social inequalities. From a theoretical perspective, the main paradigms of EPI — liberal, realist (or mercantilist), Marxist and structuralist, as well as contemporary critical approaches — are analyzed, focusing on their analytical contributions, explanatory limits, and relevance to understanding the global economic order. In addition, the work revisits the principal thinkers of EPI, from classical authors to contemporary scholars, showing how their formulations reflect specific historical contexts and continue to shape current debates. It concludes that EPI is a plural and dynamic field, whose understanding requires a historical, interdisciplinary, and critical approach capable of articulating economy, politics, and power. Such a perspective is essential for interpreting the contradictions of global capitalism and for supporting reflections aimed at reducing international inequalities and building more equitable and sustainable alternatives.

Keywords: EPI; global capitalism; economic globalization; economic crises; theoretical paradigms.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10

CAPÍTULO 1	13
------------------	----

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2.....	17
-----------------	----

PROPEDÊUTICA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Origem histórica da economia política	20
Da economia política clássica à economia política internacional.....	22
Conceito e objeto de estudo da economia política internacional.....	25
A interdisciplinaridade da economia política internacional.....	27

CAPÍTULO 3.....	31
-----------------	----

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

O sistema capitalista e a expansão do mercado mundial.....	32
Imperialismo, colonialismo e dependência econômica.....	34
Globalização econômica e reconfigurações do capitalismo contemporâneo.....	37
Crises econômicas internacionais e seus impactos estruturais.....	39

CAPÍTULO 4	42
------------------	----

PARADIGMAS DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Paradigma Liberal.....	45
Paradigma realista (ou mercantilista)	47
Paradigma Marxista e Estruturalista.....	49
Abordagens críticas contemporâneas.....	51

CAPÍTULO 5.....	54
-----------------	----

PRECÍPUOS PENSADORES DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Pensadores clássicos	56
Pensadores do Século XX.....	59
Pensadores contemporâneos.....	61

CAPÍTULO 6.....64

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS 67

1

INTRODUÇÃO



A Economia Política Internacional (EPI) constitui um campo de investigação fundamental para a compreensão das dinâmicas estruturais que organizam o sistema internacional contemporâneo. Ao articular as esferas da economia e da política em uma perspectiva global, a EPI permite analisar como relações de poder, interesses estatais, estruturas produtivas e fluxos econômicos transnacionais se entrelaçam na conformação da ordem mundial. Diferentemente das abordagens econômicas tradicionais, que tendem a privilegiar modelos abstratos e pressupostos de neutralidade, a EPI parte do reconhecimento de que os fenômenos econômicos estão intrinsecamente imbricados em contextos históricos, sociais e políticos, sendo, portanto, permeados por disputas, assimetrias e conflitos de interesses. Nesse sentido, o estudo da EPI revela-se indispensável para interpretar processos como a globalização, as crises econômicas internacionais, a financeirização do capitalismo, o papel das instituições multilaterais e as desigualdades persistentes entre países centrais e periféricos.

A emergência da EPI como campo sistematizado de estudos está associada às transformações do capitalismo ao longo do século XX, especialmente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a intensificação das interdependências econômicas e a consolidação de uma ordem econômica internacional institucionalizada tornaram insuficientes as análises restritas ao âmbito doméstico dos Estados. A partir desse momento, tornou-se evidente que decisões econômicas nacionais produzem impactos globais e que fenômenos internacionais, como crises financeiras, regimes comerciais e fluxos de capitais, condicionam profundamente as políticas internas dos países. Assim, a EPI surge como um espaço teórico interdisciplinar, dialogando com a Economia, a Ciência Política, as Relações Internacionais, a Sociologia e a História, com o objetivo de oferecer interpretações mais abrangentes e críticas da realidade internacional.

Diante desse cenário, o presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a EPI se constituiu como campo teórico e analítico, quais são seus principais paradigmas interpretativos e quem são os pensadores fundamentais responsáveis por sua consolidação e desenvolvimento? A formulação dessa questão orienta a investigação ao longo da monografia, buscando compreender não apenas os conceitos centrais da EPI, mas também os diferentes marcos teóricos que disputam a explicação dos fenômenos econômicos internacionais. Trata-se, portanto, de um esforço de sistematização teórica que visa evidenciar como distintas correntes de pensamento interpretam a relação entre economia, política e poder no sistema internacional.

O objetivo geral deste estudo é analisar a EPI a partir de uma perspectiva propedêutica, apresentando seus fundamentos conceituais, seus principais paradigmas teóricos e os pensadores mais relevantes que contribuíram para a formação e consolidação desse campo do conhecimento. De forma complementar, os objetivos específicos consistem em: apresentar a gênese histórica da Economia Política e sua transição para a EPI; discutir os conceitos centrais que definem o objeto de estudo da EPI; examinar criticamente os principais paradigmas teóricos, como o liberalismo, o realismo, o marxismo e as abordagens críticas contemporâneas; e sistematizar as contribuições de autores clássicos e contemporâneos que se tornaram referências indispensáveis na área. Ao cumprir esses objetivos, busca-se oferecer ao leitor uma visão abrangente e organizada do campo, contribuindo para sua compreensão teórica e analítica.

A relevância acadêmica deste trabalho justifica-se pela centralidade da EPI

nos debates contemporâneos sobre a ordem global. Em um contexto marcado por crises econômicas recorrentes, disputas geopolíticas, transformações tecnológicas e intensificação das desigualdades, a EPI fornece instrumentos teóricos essenciais para compreender as bases estruturais desses fenômenos. Além disso, a pluralidade de paradigmas existentes no campo evidencia que não há uma interpretação única da realidade internacional, mas sim um conjunto de perspectivas que refletem diferentes pressupostos epistemológicos e interesses normativos. Dessa forma, uma revisão bibliográfica sistematizada contribui para o aprofundamento do debate acadêmico, auxiliando estudantes e pesquisadores a navegar pelas distintas correntes teóricas e a desenvolver análises críticas fundamentadas.

No plano científico, a escolha por uma abordagem propedêutica e teórica responde à necessidade de consolidar referenciais conceituais sólidos em um campo marcado pela interdisciplinaridade e pela complexidade analítica. Muitas vezes, os estudos em EPI concentram-se em análises empíricas específicas, como comércio internacional, finanças globais ou políticas de desenvolvimento, sem uma discussão aprofundada dos pressupostos teóricos que sustentam essas análises. Ao priorizar a exposição dos paradigmas e pensadores da EPI, este trabalho busca suprir essa lacuna, oferecendo uma base teórica consistente que possa subsidiar investigações futuras de caráter empírico ou aplicado.

A delimitação do estudo concentra-se na análise teórica da EPI sem a pretensão de esgotar todas as vertentes existentes no campo. O foco recai sobre os paradigmas mais consolidados e amplamente discutidos na literatura especializada, bem como sobre os autores que exerceram maior influência na conformação do pensamento da EPI. Não se trata, portanto, de um estudo empírico de casos específicos, mas de uma revisão bibliográfica crítica, cujo recorte temporal privilegia desde os clássicos da Economia Política até os debates contemporâneos da EPI. Essa delimitação permite maior profundidade analítica e coerência teórica ao trabalho, evitando dispersões excessivas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória. O procedimento metodológico adotado consiste no levantamento, seleção e análise de obras clássicas e contemporâneas relevantes para o campo da EPI, incluindo livros, capítulos de livros e artigos científicos amplamente reconhecidos na literatura acadêmica. A análise dos textos baseia-se na leitura crítica e interpretativa, buscando identificar os principais conceitos, categorias analíticas e pressupostos epistemológicos presentes em cada paradigma e autor. A organização do material segue uma lógica temática e histórica, permitindo evidenciar continuidades, rupturas e disputas teóricas no interior do campo.

A escolha por uma revisão bibliográfica justifica-se pela natureza do problema de pesquisa e pelos objetivos propostos, uma vez que a compreensão dos paradigmas e pensadores da EPI exige um diálogo aprofundado com a produção teórica existente. Além disso, esse tipo de metodologia possibilita a construção de um panorama sistematizado do campo, fundamental para trabalhos acadêmicos de caráter introdutório e formativo, como é o caso de uma monografia. Ressalta-se que as fontes utilizadas serão devidamente referenciadas conforme as normas acadêmicas vigentes, garantindo rigor científico e transparência metodológica.

Quanto à estrutura do trabalho, a monografia está organizada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo dedica-se à propedêutica da EPI, abordando suas origens, conceitos fundamentais e o caráter interdisciplinar do campo. O segundo capítulo analisa a formação histórica da EPI, relacionando-a às transformações do capitalismo e da ordem econômica mundial. O terceiro capítulo apresenta os principais paradigmas teóricos da EPI, discutindo suas bases conceituais e suas interpretações sobre a economia global. O quarto capítulo é dedicado aos principais pensadores da EPI, sistematizando suas contribuições teóricas. Por fim, o quinto capítulo aborda os desafios contemporâneos da EPI, relacionando os debates teóricos às dinâmicas atuais do sistema internacional. As considerações finais retomam os principais argumentos desenvolvidos ao longo do trabalho, destacando suas contribuições e apontando possibilidades para pesquisas futuras.

Destarte, este intróito busca situar o leitor no campo da EPI, apresentando os fundamentos, os objetivos e o percurso metodológico do estudo. Ao longo da monografia, espera-se contribuir para uma compreensão crítica e sistematizada da EPI, evidenciando sua relevância teórica e analítica para a interpretação das transformações da economia e da política no cenário internacional.

2

PROPEDÊUTICA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL



A propedêutica da Economia Política Internacional (EPI) constitui um momento fundamental para a compreensão do campo, porquanto é nesse estágio introdutório e formativo que se delineiam suas bases históricas, conceituais e analíticas. Este capítulo assume papel central na monografia ao oferecer os elementos necessários para situar a EPI enquanto desdobramento histórico e teórico da Economia Política clássica, evidenciando como a articulação entre economia, política e poder se construiu ao longo do tempo. Assim, mais do que uma simples introdução conceitual, a propedêutica da EPI permite compreender as condições históricas que possibilitaram o surgimento desse campo, bem como os pressupostos teóricos que orientam suas análises.

Historicamente, a Economia Política surge no contexto das transformações estruturais que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo, entre os séculos XVII e XVIII. Esse período foi caracterizado pela consolidação dos Estados nacionais, pela expansão do comércio internacional e pelo fortalecimento da burguesia enquanto classe social dominante. Nesse cenário, a reflexão sobre a produção, a distribuição da riqueza e o papel do Estado na economia tornou-se uma preocupação central dos pensadores da época. Autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx são considerados fundadores da Economia Política justamente por buscarem compreender as leis que regem o funcionamento do sistema econômico em sua totalidade social e histórica, e não apenas como um conjunto de trocas mercantis isoladas (Smith, 1996; Ricardo, 1982; Marx, 2013).

Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, inaugura uma abordagem sistemática da economia ao analisar o funcionamento do mercado, a divisão do trabalho e a formação dos preços, articulando esses elementos ao contexto institucional e político da sociedade moderna. Embora frequentemente associado a uma visão liberal e à defesa do livre mercado, Smith reconhecia a importância do Estado na provisão de bens públicos e na garantia das condições institucionais necessárias ao funcionamento da economia (Smith, 1996). David Ricardo, por sua vez, aprofunda a análise das relações econômicas ao formular a teoria das vantagens comparativas, fornecendo uma base teórica para a compreensão do comércio internacional e da especialização produtiva entre nações (Ricardo, 1982). Já Karl Marx oferece uma crítica radical à Economia Política clássica, ao revelar as contradições internas do capitalismo, destacando a centralidade das relações de produção, da exploração do trabalho e da dinâmica histórica do capital (Marx, 2013).

Esses autores clássicos não tratavam a economia como uma esfera autônoma ou neutra, mas como parte integrante de uma totalidade social marcada por relações de poder, conflitos de classe e interesses políticos. É justamente essa característica que distingue a Economia Política das abordagens econômicas posteriores, especialmente da economia neoclássica, que emerge no final do século XIX com forte ênfase no individualismo metodológico, na racionalidade abstrata e na separação entre economia e política. A economia neoclássica tende a reduzir a análise econômica a modelos matemáticos e a pressupostos de equilíbrio, afastando-se das dimensões históricas e sociais que caracterizavam a Economia Política clássica (Hunt, 2005).

A EPI, enquanto campo específico, surge como resposta às limitações dessas abordagens economicistas, sobretudo diante da crescente complexidade das relações econômicas globais ao longo do século XX. As duas guerras mundiais, a crise de 1929, a consolidação do sistema capitalista internacional e a criação de instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mun-

dial evidenciaram que os fenômenos econômicos não poderiam ser compreendidos de forma dissociada da política internacional. Nesse contexto, a EPI passa a se consolidar como um campo interdisciplinar que busca analisar a economia mundial a partir das relações de poder entre Estados, mercados e atores transnacionais (Gilpin, 2001).

Do ponto de vista conceitual, a EPI pode ser definida como o campo de estudo que investiga a interação entre economia e política no plano internacional, considerando como decisões políticas moldam os mercados globais e como processos econômicos influenciam as estratégias e capacidades dos Estados. Para Gilpin (2001), a EPI está fundamentalmente preocupada com a relação entre a busca pelo poder e a busca pela riqueza no sistema internacional. Essa definição destaca que os interesses econômicos e políticos não são esferas separadas, mas dimensões interdependentes da ação estatal e das dinâmicas globais.

Susan Strange amplia essa compreensão ao introduzir o conceito de poder estrutural, argumentando que a EPI deve analisar não apenas o poder relacional entre Estados, mas também as estruturas que moldam as possibilidades de ação dos atores internacionais, como as estruturas de produção, finanças, segurança e conhecimento (Strange, 1996). Essa abordagem contribui para uma visão mais abrangente da EPI, ao incorporar atores não estatais, como empresas multinacionais e instituições financeiras, e ao reconhecer que o poder no sistema internacional não se limita à coerção militar ou à diplomacia tradicional.

A análise histórica desempenha papel central na propedêutica EPI pois permite compreender como as estruturas econômicas globais se formaram e se transformaram ao longo do tempo. A expansão do capitalismo, inicialmente de caráter mercantilista e posteriormente industrial e financeiro, redefiniu as relações entre os Estados e estabeleceu padrões duradouros de desigualdade entre regiões do mundo. O colonialismo e o imperialismo foram elementos fundamentais desse processo, ao integrar economias periféricas de forma subordinada ao mercado mundial, fenômeno amplamente analisado por autores marxistas e estruturalistas (Wallerstein, 2001; Furtado, 2007).

A teoria do sistema-mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein, oferece uma contribuição relevante para a análise histórica da EPI ao conceber o capitalismo como um sistema histórico global, estruturado em torno de uma divisão internacional do trabalho que distingue centro, semiperiferia e periferia. Segundo Wallerstein (2001), essa estrutura não é acidental, mas resultado de processos históricos de acumulação e dominação que moldam as possibilidades de desenvolvimento dos diferentes países. Essa perspectiva reforça a importância de uma abordagem histórica e estrutural na EPI, contrapondo-se a visões que tratam o desenvolvimento econômico como um processo linear e universal.

No contexto latino-americano, a EPI encontra ressonância nas teorias do desenvolvimento e da dependência, que buscam explicar as especificidades do subdesenvolvimento a partir da inserção desigual dos países periféricos na economia mundial. Autores como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso destacam que o atraso econômico não é resultado de falhas internas isoladas, mas de uma estrutura internacional que reproduz relações de dependência e assimetria (Furtado, 2007; Cardoso; Faletto, 2011). Essas contribuições evidenciam como a EPI também se constitui como um campo crítico, comprometido com a análise das desigualdades globais.

Dessa forma, a propedêutica da EPI permite compreender que o campo não se limita à descrição de fenômenos econômicos internacionais, mas envolve uma análise crítica das estruturas históricas e das relações de poder que moldam a economia mundial. Ao recuperar as origens da Economia Política clássica, discutir seus conceitos fundamentais e situar historicamente a emergência da EPI, este capítulo estabelece as bases teóricas necessárias para o desenvolvimento dos capítulos subsequentes. Compreender a EPI a partir de sua formação histórica e conceitual é condição indispensável para analisar seus paradigmas e pensadores, bem como para interpretar os desafios contemporâneos da economia global.

Origem histórica da economia política

A Economia Política emerge como um campo de reflexão sistemática a partir das profundas transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental. Sua origem histórica está diretamente vinculada ao processo de formação dos Estados nacionais, à expansão do comércio, ao desenvolvimento das relações mercantis e à consolidação de novas classes sociais, especialmente a burguesia. Diferentemente das concepções econômicas anteriores, fortemente influenciadas pela moral religiosa ou por princípios filosóficos abstratos, a Economia Política nasce como uma tentativa de compreender racionalmente o funcionamento da produção, da circulação e da distribuição da riqueza no interior de uma sociedade historicamente determinada.

Nos séculos XVI e XVII, o mercantilismo constituiu a primeira formulação sistemática de pensamento econômico associada à formação dos Estados modernos. Embora ainda não configurasse uma ciência econômica propriamente dita, o mercantilismo expressava uma visão de mundo na qual a economia estava subordinada à política, especialmente aos interesses do Estado nacional. A riqueza era concebida como sinônimo de acumulação de metais preciosos, e o comércio exterior desempenhava papel central na estratégia de fortalecimento do poder estatal. Nesse período, a intervenção do Estado na economia era vista como necessária para promover o crescimento econômico, garantir superávits comerciais e sustentar a capacidade militar dos reinos europeus (Hunt, 2005). Essa concepção revela, desde suas origens, a inseparabilidade entre economia e poder político, elemento que permanecerá central na tradição da Economia Política.

Com o avanço do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial, novas questões econômicas passaram a demandar explicações mais abrangentes. A ampliação dos mercados, a intensificação da divisão do trabalho e o crescimento da produção manufatureira criaram condições para o surgimento de uma reflexão teórica mais sistemática sobre as leis que regem a economia. É nesse contexto que se consolida a Economia Política clássica, sobretudo a partir do século XVIII, como um esforço intelectual voltado à compreensão do funcionamento do sistema capitalista em sua totalidade social. Adam Smith é amplamente reconhecido como o fundador desse campo, ao publicar *A Riqueza das Nações* em 1776, obra que marca uma ruptura com o pensamento mercantilista e inaugura uma nova abordagem sobre a origem e a distribuição da riqueza (Smith, 1996).

Smith compreende a riqueza das nações como resultado do trabalho humano e da divisão do trabalho, enfatizando o papel do mercado como mecanismo de coordenação das atividades econômicas. Ao mesmo tempo, sua análise não se limita ao funcionamento abstrato dos mercados, mas considera as instituições, os costumes e o papel do Estado na promoção do bem-estar social. Ainda que defensor do livre comércio e da concorrência, Smith reconhece a importância da intervenção estatal em áreas como educação, infraestrutura e defesa, o que evidencia o caráter político de sua análise econômica. A Economia Política, nesse sentido, não se apresenta como uma ciência neutra, mas como uma reflexão profundamente enraizada nas transformações históricas do capitalismo nascente.

Na sequência, David Ricardo aprofunda e sistematiza diversos elementos da Economia Política clássica, concentrando-se especialmente na teoria do valor, da renda da terra e do comércio internacional. Sua formulação da teoria das vantagens comparativas oferece uma explicação para a especialização produtiva entre nações, defendendo que o comércio internacional pode ser mutuamente benéfico mesmo quando um país é menos eficiente na produção de todos os bens (Ricardo, 1982). Essa contribuição é fundamental para a compreensão das relações econômicas entre Estados e para o desenvolvimento posterior da EPI. Ao mesmo tempo, Ricardo mantém uma abordagem estrutural, preocupada com a distribuição da renda entre classes sociais — trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra — reforçando o caráter social e histórico da Economia Política.

A tradição clássica encontra em Karl Marx uma inflexão crítica decisiva. Marx não apenas dialoga com os economistas clássicos, mas realiza uma crítica radical da Economia Política, buscando revelar os fundamentos históricos e sociais das categorias econômicas. Para Marx, conceitos como valor, salário, lucro e capital não são naturais ou eternos, mas expressões históricas de relações sociais específicas do modo de produção capitalista. Ao desenvolver a teoria do valor-trabalho e a noção de mais-valia, Marx demonstra como a acumulação de capital está baseada na exploração do trabalho, inserindo a Economia Política em uma análise mais ampla das relações de classe e do conflito social (Marx, 2013).

Chang (2014) compreende que a contribuição marxiana é central para a compreensão da origem histórica da Economia Política, pois evidencia que o campo não pode ser dissociado das condições materiais e das relações de poder que estruturam a sociedade. Além disso, Marx introduz uma perspectiva histórica dinâmica, na qual o capitalismo é entendido como um sistema transitório, sujeito a crises e transformações. Essa abordagem influenciará profundamente não apenas a Economia Política, mas também as análises contemporâneas da EPI, especialmente aquelas voltadas à crítica das desigualdades globais e das assimetrias estruturais do sistema capitalista.

No final do século XIX, entretanto, observa-se uma mudança significativa no pensamento econômico com a ascensão da economia neoclássica. Essa corrente desloca o foco da análise das estruturas sociais e históricas para o comportamento individual, adotando o individualismo metodológico e a formalização matemática como princípios centrais. A economia passa a ser concebida como uma ciência autônoma, separada da política e das demais ciências sociais, preocupada com a alocação eficiente de recursos escassos (Hunt, 2005). Esse movimento representa um afastamento da tradição da Economia Política clássica, contribuindo para a fragmentação do conhecimento econômico e para a margi-

nalização das dimensões históricas e políticas da análise.

Apesar desse deslocamento, a Economia Política não desaparece, mas se reconfigura em diferentes tradições críticas e heterodoxas. No século XX, especialmente após as grandes crises econômicas e os conflitos internacionais, torna-se evidente a insuficiência das abordagens puramente econômicas para explicar os fenômenos globais. A Grande Depressão de 1929, por exemplo, expôs as fragilidades do mercado autorregulado e reacendeu o debate sobre o papel do Estado na economia. Nesse contexto, as ideias de John Maynard Keynes ganham destaque ao defender a intervenção estatal como instrumento de estabilização econômica e promoção do emprego (Keynes, 2012). Embora Keynes não se insira diretamente na tradição da Economia Política clássica, sua obra contribui para recolocar a política no centro do debate econômico.

A partir da segunda metade do século XX, a intensificação das relações econômicas internacionais, a expansão das empresas multinacionais e a consolidação de uma ordem econômica global institucionalizada criam as condições para o surgimento da EPI como campo específico de estudo. No entanto, essa nova área mantém raízes profundas na tradição histórica da Economia Política, ao preservar a preocupação com o poder, os interesses e as estruturas que moldam a economia mundial. Autores contemporâneos destacam que a EPI representa, em muitos aspectos, uma retomada crítica da tradição clássica, adaptada às condições do capitalismo globalizado (Gilpin, 2001).

Segundo Blyth (2013), a incapacidade de compreender as crises econômicas recentes está diretamente relacionada ao abandono das abordagens históricas e políticas na economia dominante. De forma semelhante, Chang (2014) argumenta que a história econômica revela que os países hoje desenvolvidos utilizaram amplamente políticas intervencionistas em seus processos de industrialização, contrariando os discursos liberais contemporâneos. Essas análises evidenciam a atualidade da Economia Política enquanto campo crítico e historicamente informado.

Assim, a origem histórica da Economia Política não pode ser compreendida apenas como um momento inaugural do pensamento econômico, mas como um processo contínuo de reflexão sobre as relações entre economia, sociedade e poder. Desde o mercantilismo até as formulações clássicas e críticas, a Economia Política construiu um arcabouço teórico voltado à compreensão das dinâmicas estruturais do capitalismo (Chang, 2014). Essa herança intelectual fornece as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento da EPI, permitindo analisar a economia global não como um sistema neutro e autorregulado, mas como uma construção histórica marcada por conflitos, assimetrias e disputas de poder.

Da economia política clássica à economia política internacional

A transição da EPI representa um movimento teórico e histórico de ampliação do escopo analítico da economia, no qual as categorias originalmente formuladas para compreender as economias nacionais passam a ser mobilizadas para interpretar as dinâmicas globais do capitalismo. Esse deslocamento não ocorre de forma abrupta ou linear, mas como resultado de transformações estruturais do sistema econômico mundial, associadas à internacionalização da produção, à consolidação do mercado mundial e à intensificação das interdependências entre Estados, mercados e sociedades. Compreender essa passagem exige, portan-

to, uma análise que articule a evolução do pensamento econômico às mudanças históricas do capitalismo.

A Economia Política Clássica, desenvolvida entre os séculos XVIII e XIX, tinha como principal preocupação explicar as leis gerais do funcionamento do capitalismo nascente, concentrando-se sobretudo no âmbito do Estado-nação. Autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx buscavam compreender a produção da riqueza, sua distribuição entre as classes sociais e as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Ainda que o comércio internacional e a expansão colonial já estivessem presentes em suas análises, o foco central permanecia nas economias nacionais e em suas estruturas internas (Smith, 1996; Ricardo, 1982; Marx, 2013). Nesse sentido, a dimensão internacional aparecia como extensão das dinâmicas domésticas, e não como um campo autônomo de investigação.

Entretanto, desde suas origens, a Economia Política Clássica continha elementos que permitiriam uma posterior ampliação para o plano internacional. A teoria das vantagens comparativas de Ricardo, por exemplo, constitui uma das primeiras tentativas sistemáticas de explicar os benefícios do comércio internacional e a especialização produtiva entre países, estabelecendo uma ponte entre economia nacional e economia mundial (Ricardo, 1982). Do mesmo modo, a análise marxiana da acumulação de capital já apontava para a tendência expansiva do capitalismo, que busca constantemente novos mercados, fontes de matérias-primas e força de trabalho, antecipando uma leitura global do sistema econômico (Marx, 2013).

Apesar desses elementos embrionários, a consolidação da economia como ciência autônoma ao final do século XIX, sob a hegemonia do pensamento neoclássico, contribuiu para um progressivo afastamento das dimensões históricas e políticas da análise econômica. A economia passou a ser concebida como um sistema técnico de alocação eficiente de recursos escassos, baseado em pressupostos de racionalidade individual, equilíbrio e neutralidade científica. Esse movimento reforçou a separação analítica entre economia e política, marginalizando a tradição da Economia Política e limitando a compreensão das relações econômicas internacionais a modelos abstratos de comércio e finanças (Hunt, 2005).

Esse processo de autonomização da economia mostrou-se insuficiente diante das transformações e crises que marcaram o capitalismo no século XX. A Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial evidenciaram de forma contundente que os mercados não operam de maneira autorregulada e que decisões políticas exercem impacto decisivo sobre os rumos da economia. A crise de 1929, em particular, revelou os limites do liberalismo econômico clássico e reacendeu o debate sobre o papel do Estado na regulação da atividade econômica, abrindo espaço para abordagens que reintegravam economia e política (Keynes, 2012).

Nesse contexto, as ideias de John Maynard Keynes desempenham papel relevante na transição para uma nova forma de pensar a economia. Embora Keynes não se inscreva diretamente na tradição da Economia Política Clássica, sua crítica ao *laissez-faire* e sua defesa da intervenção estatal recolocam a política no centro da análise econômica. Ao reconhecer que o funcionamento da economia depende de decisões coletivas, expectativas e instituições, Keynes contribui para enfraquecer a visão de uma economia puramente técnica e reforça a necessida-

de de uma abordagem mais ampla e contextualizada (Keynes, 2012). Esse movimento é fundamental para a posterior emergência da EPI.

A consolidação do capitalismo monopolista e a expansão das relações econômicas internacionais ao longo do século XX criaram as condições materiais para o surgimento da EPI como campo específico. A intensificação do comércio internacional, o crescimento dos fluxos financeiros transnacionais e a atuação das empresas multinacionais transformaram profundamente a economia mundial, tornando cada vez mais difícil analisar os fenômenos econômicos a partir de fronteiras nacionais rígidas. Além disso, a criação de instituições multilaterais no pós-Segunda Guerra Mundial, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, institucionalizou a governança econômica global, reforçando a interdependência entre Estados (Gilpin, 2001).

A EPI surge, assim, como uma resposta teórica à necessidade de compreender essas novas dinâmicas. Diferentemente da economia internacional neoclássica, que se concentra em modelos de comércio e finanças baseados em pressupostos de eficiência e equilíbrio, a EPI busca analisar como o poder, os interesses e as instituições moldam a economia global. Para Gilpin (2001), a EPI está essencialmente preocupada com a interação entre a busca pela riqueza e a busca pelo poder no sistema internacional, reconhecendo que decisões econômicas são profundamente influenciadas por considerações políticas e estratégicas.

Essa mudança de enfoque representa uma retomada crítica da tradição da Economia Política Clássica, agora ampliada para o plano internacional. A EPI recupera a preocupação com as estruturas históricas, as relações de poder e os conflitos de interesses, elementos centrais nos escritos de Smith, Ricardo e Marx, mas os aplica a um contexto marcado pela globalização e pela complexidade institucional. Nesse sentido, a transição da Economia Política Clássica para a EPI não deve ser entendida como uma ruptura completa, mas como um processo de continuidade e adaptação teórica às transformações do capitalismo.

Autores críticos enfatizam que a EPI também se desenvolve como reação à hegemonia do pensamento liberal no pós-guerra. Embora o liberalismo institucional tenha desempenhado papel central na construção da ordem econômica internacional, promovendo a liberalização do comércio e dos fluxos financeiros, suas promessas de crescimento equilibrado e convergência econômica não se concretizaram de forma universal. Wallerstein, (2001) observa que são persistentes desigualdades entre países centrais e periféricos evidenciaram os limites dessa abordagem e impulsionaram o desenvolvimento de perspectivas alternativas no interior da EPI.

A teoria do sistema-mundo, proposta por Immanuel Wallerstein, constitui um exemplo paradigmático dessa ampliação crítica. Ao conceber o capitalismo como um sistema histórico global, estruturado em uma divisão internacional do trabalho que reproduz hierarquias entre centro, semiperiferia e periferia, Wallerstein oferece uma interpretação da economia mundial que ultrapassa os limites do Estado-nação e retoma a análise estrutural da Economia Política clássica em escala global (Wallerstein, 2001). Essa abordagem evidencia que a transição para a EPI implica não apenas uma mudança de escala, mas também uma reformulação das categorias analíticas.

No contexto latino-americano, essa transição assume contornos específicos com o desenvolvimento da teoria da dependência. Autores como Celso Furtado

e Fernando Henrique Cardoso argumentam que o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória do desenvolvimento capitalista, mas uma condição estrutural produzida pela inserção desigual dos países periféricos na economia mundial (Furtado, 2007; Cardoso; Faletto, 2011). Essas contribuições reforçam a centralidade da dimensão internacional na análise econômica e demonstram como a EPI se constitui também como um campo crítico comprometido com a análise das assimetrias globais.

Estudos contemporâneos reafirmam a importância dessa transição teórica. Segundo Strange (1996), a incapacidade de compreender o poder estrutural no sistema internacional decorre, em grande medida, da persistência de abordagens que separam artificialmente economia e política. Para a autora, a EPI permite analisar como estruturas de produção, finanças, segurança e conhecimento moldam as possibilidades de ação dos Estados e dos demais atores globais. De forma semelhante, Blyth (2013) argumenta que a compreensão das crises econômicas recentes exige uma abordagem historicamente informada e politicamente consciente, características centrais da EPI.

Conceito e objeto de estudo da economia política internacional

A definição conceitual da EPI constitui um dos aspectos mais complexos e, ao mesmo tempo, centrais do campo, uma vez que envolve a articulação entre distintas tradições teóricas, pressupostos epistemológicos e recortes analíticos (Wallerstein, 2001). Diferentemente de áreas consolidadas por um único paradigma dominante, a EPI caracteriza-se por sua natureza plural, interdisciplinar e crítica, o que se reflete diretamente na diversidade de conceitos e objetos de estudo que a compõem. Ainda assim, é possível identificar núcleos conceituais comuns que permitem delimitar o campo e compreender sua especificidade no interior das ciências sociais.

De modo geral, a EPI pode ser concebida como o campo de estudos que investiga a interação entre economia e política no sistema internacional, considerando como relações de poder, interesses estatais, estruturas institucionais e dinâmicas de mercado se articulam na conformação da economia global. Essa definição parte do pressuposto de que os fenômenos econômicos internacionais não podem ser explicados adequadamente sem levar em conta as decisões políticas, os conflitos de interesses e as estruturas históricas que moldam o sistema internacional. Nesse sentido, a EPI se afasta das abordagens econômicas ortodoxas, que tendem a tratar a economia como uma esfera autônoma, regida por leis universais e neutras, e aproxima-se de uma tradição analítica que reconhece o caráter socialmente construído das relações econômicas (Gilpin, 2001).

Robert Gilpin é um dos autores mais citados na delimitação conceitual da EPI. Para o autor, a EPI ocupa-se fundamentalmente da relação entre a busca pela riqueza e a busca pelo poder no sistema internacional, enfatizando que decisões econômicas são inseparáveis de considerações políticas e estratégicas (Gilpin, 2001). Essa formulação destaca dois elementos centrais do conceito de EPI: a interdependência entre economia e política e a centralidade do poder como categoria analítica. Ao contrário da economia internacional neoclássica, que privilegia a eficiência e o equilíbrio dos mercados, a EPI preocupa-se com quem ganha, quem perde e por quê nas relações econômicas globais.

Strange (1996) contribui de maneira decisiva para o aprofundamento do conceito de EPI ao criticar as abordagens que reduzem o poder à capacidade coercitiva dos Estados. Para a autora, a EPI deve concentrar-se na análise do poder estrutural, entendido como a capacidade de moldar as estruturas dentro das quais os Estados, empresas e indivíduos operam (Strange, 1996). Essas estruturas incluem, entre outras, a produção, as finanças, a segurança e o conhecimento. A partir dessa perspectiva, o conceito de EPI amplia-se significativamente, incorporando atores não estatais e reconhecendo que o poder no sistema internacional é exercido de forma difusa e frequentemente invisível. Assim, a EPI passa a ser concebida como um campo voltado à análise das estruturas profundas que sustentam a economia global.

No plano conceitual, a EPI também pode ser entendida como herdeira direta da tradição da Economia Política clássica, sobretudo no que diz respeito à recusa da separação entre economia e sociedade. Alguns autores clássicos já compreendiam a economia como parte de uma totalidade social historicamente determinada, na qual relações de produção, instituições políticas e conflitos sociais desempenham papel fundamental (Smith, 1996; Ricardo, 1982; Marx, 2013). A EPI retoma esse legado, mas o projeta para além do Estado-nação, analisando a economia em escala global. Nesse sentido, o conceito de EPI envolve não apenas uma mudança de objeto, mas também uma ampliação do horizonte analítico.

O objeto de estudo da EPI decorre diretamente dessa concepção ampla e relacional do campo (Strange, 1996). De forma geral, a EPI dedica-se ao estudo das estruturas, processos e atores que moldam a economia mundial. Isso inclui, entre outros aspectos, o comércio internacional, o sistema financeiro global, a produção transnacional, as políticas econômicas internacionais, as instituições multilaterais e as relações de poder entre países centrais e periféricos. No entanto, diferentemente de abordagens mais técnicas, a EPI não se limita à descrição desses fenômenos, mas busca compreender suas causas históricas, seus efeitos distributivos e suas implicações políticas e sociais.

Um dos objetos centrais da EPI é a relação entre Estados e mercados no plano global. A EPI investiga como os Estados moldam os mercados por meio de políticas comerciais, monetárias e regulatórias, ao mesmo tempo em que são condicionados por forças econômicas transnacionais, como fluxos de capitais, cadeias globais de valor e empresas multinacionais. Gilpin (2001) analisa que essa relação é marcada por tensões constantes, uma vez que os Estados buscam preservar sua autonomia política em um contexto de crescente interdependência econômica. A análise dessas tensões constitui um eixo fundamental do objeto de estudo da EPI.

A EPI, como objeto, diz respeito às instituições que regulam a economia global. Organizações como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio desempenham papel central na definição das regras que governam o comércio, as finanças e o desenvolvimento internacional. A EPI analisa essas instituições não apenas como arenas técnicas de cooperação, mas como espaços de disputa política nos quais se expressam assimetrias de poder entre Estados e interesses divergentes (Strange, 1996). Dessa forma, o estudo das instituições internacionais evidencia o caráter político da governança econômica global.

A EPI também se dedica à análise das desigualdades globais e das assime-

trias estruturais do sistema econômico internacional. A persistência de diferenças significativas de renda, desenvolvimento e poder entre países centrais e periféricos constitui um dos temas centrais do campo. Abordagens críticas, como a teoria do sistema-mundo e a teoria da dependência, enfatizam que essas desigualdades não são acidentais, mas resultam de processos históricos de dominação e exploração que estruturam a economia mundial (Wallerstein, 2001; Cardoso; Faletto, 2011). Assim, o objeto da EPI inclui a investigação das condições que reproduzem o subdesenvolvimento e limitam as possibilidades de autonomia econômica dos países periféricos.

No âmbito contemporâneo, o objeto de estudo da EPI expandiu-se para incorporar novas temáticas associadas à globalização e às transformações recentes do capitalismo. De acordo com Strange (1996), a financeirização da economia global, por exemplo, tornou-se um tema central da EPI, uma vez que os fluxos financeiros internacionais exercem impacto significativo sobre a estabilidade econômica, as políticas públicas e a soberania dos Estados. Crises financeiras recorrentes evidenciam a necessidade de compreender as interações entre mercados financeiros, decisões políticas e estruturas institucionais em escala global (Blyth, 2013). A EPI oferece instrumentos analíticos adequados para examinar essas dinâmicas de forma crítica e historicamente informada.

Além disso, a EPI passou a incorporar debates sobre atores não estatais e novas formas de poder. As empresas multinacionais, organizações não governamentais, agências de classificação de risco e plataformas digitais exercem influência crescente sobre a economia global, desafiando concepções tradicionais centradas exclusivamente no Estado. O objeto da EPI, nesse sentido, amplia-se para analisar como esses atores moldam regras, práticas e discursos econômicos, frequentemente em articulação com interesses estatais (Strange, 1996). Essa ampliação reforça o caráter interdisciplinar e dinâmico do campo.

Cox (1987) enfatiza que a importância de incorporar dimensões sociais e ideacionais ao objeto da EPI. Autores críticos argumentam que ideias, discursos e paradigmas econômicos desempenham papel fundamental na legitimação de determinadas políticas e na reprodução de estruturas de poder. A análise da hegemonia, inspirada em Gramsci, tem sido amplamente utilizada na EPI para compreender como consensos em torno de modelos econômicos específicos são construídos e mantidos no plano internacional (Cox, 1987). Essa abordagem amplia o objeto de estudo da EPI para além de variáveis materiais, incorporando elementos ideacionais e culturais.

A interdisciplinaridade da economia política internacional

A EPI é caracterizada não apenas por sua especificidade analítica, mas também por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar. Essa característica é resultado tanto das origens históricas do campo quanto da complexidade dos fenômenos que ele busca compreender. Blyth (2013) observa que na interseção entre economia, política e relações internacionais, a EPI adota uma perspectiva que ultrapassa os limites tradicionais de uma única disciplina acadêmica, articulando conceitos, métodos e objetos de estudo de campos distintos com o objetivo de oferecer uma compreensão mais ampla e crítica das dinâmicas globais.

A emergência da interdisciplinaridade na EPI pode ser historicamente ras-

treada até os fundamentos da própria Economia Política Clássica, que se preocupava com fenômenos econômicos enquanto estes se manifestavam em contextos sociais e políticos específicos. Adam Smith, ao elaborar uma análise do mercado baseada em princípios morais, institucionais e históricos, incorporou elementos que não se restringiam à economia enquanto processo de alocação de recursos, abrindo espaço para uma leitura que dialoga com a filosofia moral, a sociologia e a história (Smith, 1996). De modo semelhante, Marx concebe sua crítica da economia política articulando uma análise das relações de produção com uma interpretação histórica das transformações sociais, apontando para a necessidade de compreender o capitalismo como um fenômeno social totalizante (Marx, 2013). Essa herança clássica já contém os sinais de uma reflexão que extrapola fronteiras disciplinares.

Contudo, é com a consolidação da EPI enquanto campo de estudos específico, no século XX, que a interdisciplinaridade se torna explícita e sistemática. A própria formulação conceitual da EPI pressupõe a articulação entre diferentes tradições teóricas e metodológicas. Um dos principais teóricos da EPI, argumenta que a análise das dinâmicas econômicas no plano internacional deve integrar tanto fundamentos econômicos quanto elementos de poder político e estrutura institucional, uma vez que estes aspectos não podem ser dissociados quando se trata de compreender o sistema internacional (Gilpin, 2001). Esse tipo de abordagem rompe com os silos disciplinares ao integrar categorias analíticas que tradicionalmente pertenciam a campos diversos.

A relação entre economia e política, entretanto, não é a única fronteira disciplinar atravessada pela EPI. A compreensão das instituições internacionais, por exemplo, exige diálogo com as Relações Internacionais, especialmente quando se trata de analisar como organismos multilaterais influenciam a política econômica dos Estados. Autores como Strange (1996) e Keohane (1984) reforçam que a governança econômica global não pode ser adequadamente compreendida sem considerar tanto as estruturas institucionais quanto as interdependências sistêmicas que ultrapassam fronteiras nacionais. Essa integração entre economia, política e instituições internacionais é um exemplo claro da necessidade de uma abordagem interdisciplinar.

Além disso, a EPI se nutre de contribuições da sociologia para compreender como normas, práticas sociais e estruturas de classe influenciam e são influenciadas pelas dinâmicas econômicas globais. A obra de Pierre Bourdieu, por exemplo, ainda que não diretamente situada no campo da EPI, fornece ferramentas conceituais para compreender como capitais (econômico, social, cultural e simbólico) se articulam em níveis globais, impactando tanto as relações de poder quanto as estratégias dos atores no sistema internacional (Bourdieu, 1986). De modo crítico semelhante, Sassen (2007) analisa a globalização a partir de uma perspectiva sociológica, enfatizando as transformações na estrutura das cidades, das migrações e dos mercados de trabalho num contexto globalizado, apontando para a necessidade de ultrapassar categorias estritamente econômicas para compreender os processos de integração mundial.

A antropologia também oferece contribuições significativas para a EPI, sobretudo ao iluminar como culturas econômicas específicas e formas de organização social moldam interações econômicas transnacionais. James Ferguson, por exemplo, demonstra como práticas locais de desenvolvimento e economia política regional interagem com políticas e instituições globais, evidenciando a

complexidade das dinâmicas que a EPI pretende abordar (Ferguson, 1994). Essa perspectiva antropológica contribui para desconstruir concepções universalistas de economia, exigindo a consideração das especificidades culturais e históricas nos processos de integração econômica mundial.

A interdisciplinaridade da EPI também se manifesta na incorporação de abordagens históricas. A economia histórica oferece uma lente para analisar como processos de longo prazo moldaram as estruturas e instituições que hoje regem a economia mundial. Immanuel Wallerstein, ao desenvolver a teoria do sistema-mundo, articula uma análise histórica profunda com categorias sociológicas e econômicas para explicar como se estruturou o capitalismo global e como se reproduzem as desigualdades entre centros e periferias (Wallerstein, 2001). Essa abordagem demonstra que a compreensão dos fenômenos econômicos internacionais requer uma narrativa histórica que dialogue com a realidade social e política.

A ciência política, por sua vez, é indispensável para a EPI, uma vez que muitas das dinâmicas econômicas internacionais são condicionadas por decisões de atores políticos, jogos de poder e estratégias estatais. Strange (1996) e Cox (1987) integraram de forma sistemática categorias da ciência política para explicar como o poder — não apenas em sua forma militar ou coercitiva, mas também em suas dimensões ideacionais, estruturais e institucionais — molda a economia mundial. Esse diálogo com a ciência política permite compreender, por exemplo, como regimes políticos, interesses partidários, lobbies corporativos e disputas geopolíticas moldam políticas econômicas internacionais.

Figura central na interdisciplinaridade da EPI é também a incorporação de análises institucionais e jurídicas. A compreensão dos regimes legais que regem o comércio internacional — como aqueles estabelecidos pela Organização Mundial do Comércio — requer uma aproximação com o direito internacional e com teorias institucionais sobre regulação e governança global. Ruggie (1982) elucida como as instituições internacionais e as normas que elas criam moldam a conduta dos Estados e empresas em um contexto internacional, exigindo que a EPI dialogue com disciplinas jurídicas para uma compreensão mais robusta das estruturas normativas globais.

O campo da EPI também tem incorporado perspectivas críticas oriundas dos estudos pós-coloniais, feministas e das teorias de gênero, que destacam como as relações globais de poder e economia são atravessadas por categorias como raça, gênero e colonialidade. De acordo com Enloe (2000) o gênero e as práticas patriarcais estão imbricados nas estruturas econômicas globais, destacando que a economia internacional não pode ser compreendida sem a análise das relações sociais específicas que a atravessam. Similarmente, estudiosos pós-coloniais, como Aníbal Quijano, evidenciam como a colonialidade do poder estrutura relações econômicas, políticas e culturais a nível global (Quijano, 2000). Essas aproximações enriquecem a EPI ao evidenciar que as dinâmicas globais são moldadas por relações de poder além da esfera estritamente econômica.

A própria evolução metodológica da EPI reflete sua natureza interdisciplinar. Enquanto abordagens positivistas influenciadas pela economia neoclássica privilegiam modelos formais e quantitativos, muitas pesquisas em EPI adotam metodologias qualitativas, históricas e comparativas, combinando análise estatística com estudos de caso, análise textual de discursos e investigação etnográfica de

práticas institucionais (Quijano, 2000). Essa diversidade metodológica é necessária para abarcar a complexidade dos fenômenos estudados, que frequentemente envolvem múltiplos níveis de análise — global, regional, estatal e local — e múltiplos tipos de atores — governos, empresas, organizações internacionais e movimentos sociais.

Estudos recentes reforçam a importância dessa interdisciplinaridade para avançar na compreensão dos desafios contemporâneos. Por exemplo, a análise das crises financeiras globais exige simultaneamente uma compreensão das estruturas financeiras internacionais, das políticas públicas nacionais e das reações sociais, implicando conhecimento que articula economia, ciência política e sociologia (Blyth, 2013). Do mesmo modo, debates sobre mudanças climáticas e economia internacional exigem uma articulação entre economia ambiental, políticas públicas e relações internacionais, evidenciando a extensão transdisciplinar da EPI (Newell; Paterson, 2010).

Portanto, a interdisciplinaridade da EPI não é um atributo acessório, mas constitui um elemento constitutivo do campo. Mais do que uma simples soma de contribuições de disciplinas vizinhas, essa interdisciplinaridade configura uma maneira própria de pensar os fenômenos globais, baseada no reconhecimento de que economia, política, sociedade, cultura e história não podem ser dissociadas quando se busca compreender a configuração e as dinâmicas da economia mundial (Blyth, 2013). Nesse sentido, ela integra múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas, posicionando-se como um campo analítico robusto e crítico, capaz de enfrentar a complexidade das transformações contemporâneas e de oferecer explicações que ultrapassam as limitações de abordagens disciplinares isoladas.

3

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL



A EPI constitui-se como um campo analítico voltado à compreensão das dinâmicas históricas, estruturais e conjunturais que articulam economia, política e poder no sistema internacional. Nesse sentido, a formação histórica da EPI representa um eixo central para apreender os fundamentos do capitalismo global, suas transformações ao longo do tempo e os mecanismos que estruturam as relações econômicas entre Estados, mercados e classes sociais em escala mundial. Este capítulo tem como objetivo apresentar, de forma integrada, os principais processos históricos que conformaram a EPI, situando o capitalismo como sistema dominante, analisando o imperialismo e a dependência, discutindo a globalização contemporânea e examinando as crises econômicas internacionais como elementos estruturantes da ordem mundial.

A EPI emerge da constatação de que os fenômenos econômicos internacionais não podem ser compreendidos de maneira dissociada das relações de poder, das instituições políticas e das disputas geopolíticas. Desde a consolidação do capitalismo mercantil até as atuais configurações do capitalismo financeiro globalizado, observa-se que a economia mundial se organiza a partir de assimetrias estruturais, hierarquias entre centros e periferias e processos históricos de dominação e resistência. Assim, compreender a formação histórica da EPI implica analisar a gênese e a expansão do sistema capitalista, bem como suas sucessivas reconfigurações, que redefinem continuamente os padrões de produção, circulação e acumulação de capital em escala internacional (Polanyi, 2000; Gilpin, 2001).

Nesse contexto, o capítulo está estruturado em quatro eixos complementares. Inicialmente, discute-se o papel do sistema capitalista na constituição do mercado mundial, enfatizando sua lógica expansiva e sua capacidade de integrar diferentes regiões do globo de forma desigual. Em seguida, analisa-se o imperialismo, o colonialismo e a dependência econômica como dimensões centrais da formação da economia internacional moderna, destacando suas implicações para o desenvolvimento desigual. Posteriormente, aborda-se a globalização econômica e as reconfigurações do capitalismo contemporâneo, com atenção especial às transformações produtivas, financeiras e institucionais das últimas décadas. Por fim, examinam-se as crises econômicas internacionais e seus impactos estruturais, entendidas não como eventos episódicos, mas como momentos reveladores das contradições internas do capitalismo global.

O sistema capitalista e a expansão do mercado mundial

A compreensão da EPI exige, de maneira incontornável, a análise do sistema capitalista e de sua tendência histórica à expansão do mercado mundial. O capitalismo não se configura apenas como um modo de produção circunscrito a determinados espaços nacionais, mas como um sistema dinâmico cuja lógica interna impulsiona continuamente a ampliação das fronteiras econômicas, políticas e sociais. Desde suas origens, o capitalismo apresentou uma vocação expansiva, fundada na necessidade permanente de valorização do capital, na ampliação dos mercados consumidores e na incorporação de novas áreas ao circuito da produção e da circulação de mercadorias (Marx, 2017).

Historicamente, o surgimento do capitalismo está associado à crise do feudalismo europeu e à gradual consolidação de relações sociais baseadas no tra-

balho assalariado, na propriedade privada dos meios de produção e na produção mercantil generalizada. Esse processo não ocorreu de forma linear nem homogênea, mas foi profundamente marcado por transformações estruturais, como a centralização do poder político nos Estados nacionais, o desenvolvimento do comércio de longa distância e a constituição de uma economia monetária mais complexa. A expansão do mercado mundial, nesse contexto, emerge como condição e resultado da própria dinâmica capitalista, na medida em que a acumulação de capital exige a constante ampliação das esferas de produção e troca (Braudel, 1996).

O período do capitalismo mercantil, entre os séculos XV e XVIII, constitui um marco fundamental para a formação do mercado mundial. As grandes navegações e a expansão marítima europeia possibilitaram a integração progressiva de diferentes regiões do globo em um sistema econômico interconectado, ainda que profundamente desigual. O comércio colonial, a exploração de metais preciosos e a apropriação de recursos naturais das colônias desempenharam papel central no processo de acumulação primitiva de capital, criando as bases materiais para o posterior desenvolvimento do capitalismo industrial (Marx, 2017). Esse movimento histórico não apenas ampliou o espaço econômico europeu, mas redefiniu as relações entre centro e periferia, estabelecendo hierarquias que continuam a estruturar a economia mundial.

A consolidação do capitalismo industrial, a partir da Revolução Industrial, intensificou de forma decisiva a expansão do mercado mundial. O aumento da produtividade, impulsionado pela mecanização e pelo avanço tecnológico, gerou a necessidade de novos mercados para absorver a produção crescente, bem como de fontes ampliadas de matérias-primas. Nesse contexto, a divisão internacional do trabalho assumiu contornos mais definidos, com os países industrializados concentrando a produção manufatureira e tecnológica, enquanto grande parte das economias periféricas foi integrada ao sistema como fornecedoras de insumos primários e mercados consumidores (Furtado, 2007).

Essa configuração internacional do capitalismo reforçou desigualdades estruturais entre as nações, evidenciando que a expansão do mercado mundial não se dá de forma equilibrada ou benéfica para todos os atores envolvidos. Ao contrário, trata-se de um processo marcado por relações assimétricas de poder, nas quais os Estados e grupos econômicos mais fortes exercem influência determinante sobre os fluxos de comércio, investimentos e tecnologia. A EPI, nesse sentido, destaca que o mercado mundial não é uma instância neutra ou autorregulada, mas um espaço socialmente construído, moldado por interesses políticos, estratégias estatais e disputas geopolíticas (Gilpin, 2001).

No final do século XIX e início do século XX, a expansão do capitalismo assume novas características, associadas ao avanço do capital financeiro, à concentração econômica e à formação de grandes conglomerados industriais e bancários. Esse período, frequentemente caracterizado como imperialista, evidencia a intensificação da competição entre potências capitalistas pela conquista de mercados, fontes de matérias-primas e áreas de influência. A expansão do mercado mundial passa a ser mediada não apenas pelo comércio, mas também pela exportação de capitais e pela imposição de formas diretas ou indiretas de dominação política sobre territórios periféricos (Lenin, 2012).

A partir dessa perspectiva, a expansão do mercado mundial deve ser com-

preendida como um processo histórico que articula economia e política de maneira indissociável. O papel do Estado torna-se central, seja na proteção dos interesses do capital nacional, seja na criação de condições institucionais favoráveis à expansão econômica. A formação de impérios coloniais, os acordos comerciais desiguais e o uso da força militar para garantir acesso a mercados ilustram como a lógica capitalista de expansão esteve, historicamente, associada à ação estatal e à coerção política (Polanyi, 2000).

No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista passou por importantes reconfigurações que impactaram diretamente a expansão do mercado mundial. A criação de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e a consolidação de regimes multilaterais de comércio contribuíram para a institucionalização da economia internacional. Essas estruturas buscaram promover a estabilidade econômica e a liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, ao mesmo tempo em que refletiam os interesses das potências centrais no ordenamento da economia mundial (Ruggie, 1982).

Entretanto, a partir da década de 1970, a crise do modelo fordista e a ascensão do neoliberalismo inauguraram uma nova fase da expansão capitalista, marcada pela intensificação da globalização econômica. Harvey (2011) argumenta que a liberalização dos mercados financeiros, a desregulamentação das economias nacionais e a internacionalização das cadeias produtivas ampliaram significativamente o alcance do mercado mundial. O capital passou a circular em escala global com maior velocidade, redefinindo as relações entre Estados, empresas e trabalhadores.

Nesse contexto, Chesnais (1998) pontua que a expansão do mercado mundial assume uma dimensão qualitativamente distinta, caracterizada pela centralidade do capital financeiro e pela crescente interdependência entre as economias nacionais. Ao mesmo tempo, intensificam-se as desigualdades globais, uma vez que os benefícios da globalização tendem a concentrar-se em determinados países e grupos sociais, enquanto os custos recaem de forma desproporcional sobre as economias periféricas e as camadas mais vulneráveis da população. A EPI analisa criticamente essas dinâmicas, evidenciando que a expansão do mercado mundial não elimina conflitos, mas frequentemente os aprofunda.

De acordo com Harvey (2011), a expansão capitalista enfrenta limites e contradições estruturais, como a degradação ambiental, a precarização do trabalho e a recorrência de crises econômicas globais. Esses elementos colocam em questão a sustentabilidade do modelo de expansão vigente e reforçam a necessidade de abordagens críticas capazes de articular economia, política e sociedade em escala internacional (Stiglitz, 2010). Assim, a análise do sistema capitalista e de sua expansão mundial permanece central para a EPI, na medida em que permite compreender tanto os fundamentos históricos da economia global quanto seus desafios contemporâneos.

Imperialismo, colonialismo e dependência econômica

A análise do imperialismo, do colonialismo e da dependência econômica constitui um eixo central da EPI, pois permite compreender a formação histórica das assimetrias estruturais que caracterizam o sistema capitalista mundial.

Esses fenômenos não representam apenas momentos específicos do passado, mas expressam dinâmicas históricas profundas que moldaram — e continuam a moldar — as relações econômicas, políticas e sociais entre os Estados e as regiões do globo. A expansão capitalista, ao longo de sua trajetória histórica, esteve intrinsecamente associada a formas diversas de dominação, subordinação e exploração, que se manifestaram de maneira particularmente intensa nos processos imperialistas e coloniais (Hobsbawm, 2010).

O imperialismo pode ser compreendido como uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo, marcada pela expansão do capital para além das fronteiras nacionais e pela consolidação de relações hierárquicas entre economias centrais e periféricas. Na tradição marxista, o imperialismo é interpretado como resultado das transformações internas do capitalismo, especialmente da concentração e centralização do capital, do predomínio do capital financeiro e da exportação de capitais como forma privilegiada de expansão econômica (Lenin, 2012). Essa perspectiva destaca que o imperialismo não decorre de uma opção política contingente dos Estados, mas de necessidades estruturais do próprio sistema capitalista em sua busca contínua por valorização.

O colonialismo, por sua vez, constituiu a forma histórica concreta pela qual o imperialismo se materializou, sobretudo entre os séculos XVI e XX. A dominação colonial implicou o controle político direto de vastos territórios na África, Ásia e América Latina pelas potências europeias, reorganizando profundamente as economias locais. As colônias foram integradas ao mercado mundial de forma subordinada, especializando-se na produção de bens primários e na extração de recursos naturais destinados às metrópoles. Esse padrão de inserção internacional limitou as possibilidades de desenvolvimento autônomo dessas regiões e estabeleceu bases estruturais para a persistência da dependência econômica (Furtado, 2007).

Do ponto de vista da EPI, Rodney (1975) argumenta que o colonialismo não pode ser analisado apenas como um sistema de dominação política, mas como um mecanismo central de acumulação capitalista em escala global. A apropriação de excedentes econômicos das colônias, por meio de relações comerciais desiguais, da exploração do trabalho e da transferência de riquezas, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento industrial e financeiro das economias centrais. Assim, o progresso econômico europeu esteve historicamente articulado à subordinação econômica e social das regiões colonizadas.

Com o processo de descolonização ao longo do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, emergiu a expectativa de que a independência política permitiria às antigas colônias superar sua condição de subdesenvolvimento. No entanto, a experiência histórica demonstrou que a ruptura formal com o colonialismo não foi suficiente para alterar de maneira substantiva a posição dessas economias no sistema internacional. Nesse contexto, ganha centralidade o conceito de dependência econômica, que busca explicar a persistência das desigualdades globais mesmo após o fim do domínio colonial direto (Cardoso; Faletto, 2011).

A teoria da dependência, desenvolvida principalmente por intelectuais latino-americanos, parte da premissa de que o subdesenvolvimento não representa uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida pela inserção subordinada das economias periféricas no capitalismo mundial.

Segundo Dos Santos (2000), essa abordagem, o desenvolvimento dos países centrais ocorre em estreita relação com o subdesenvolvimento da periferia, uma vez que as relações econômicas internacionais tendem a reproduzir mecanismos de transferência de valor, dependência tecnológica e vulnerabilidade externa.

Nesse sentido, a dependência econômica manifesta-se por meio de diversos canais, como a deterioração dos termos de troca, a concentração das exportações em produtos de baixo valor agregado e a dependência de capitais externos para financiar o crescimento. Essas características limitam a autonomia das políticas econômicas nacionais e tornam as economias periféricas mais suscetíveis às flutuações do mercado internacional. A EPI destaca que tais condicionantes não são meramente econômicos, mas resultam de decisões políticas, arranjos institucionais e relações de poder historicamente construídas (Prebisch, 2000).

Autores vinculados à abordagem do sistema-mundo ampliaram essa análise ao enfatizar o caráter histórico e global das relações de dependência. Para Wallerstein (2001), o capitalismo deve ser compreendido como um sistema-mundo caracterizado por uma divisão internacional do trabalho hierárquica, que distingue centros, semiperiferias e periferias. Nessa estrutura, a mobilidade entre posições é limitada, e as economias periféricas desempenham um papel funcional na reprodução do sistema como um todo, fornecendo recursos, mão de obra barata e mercados para os produtos das economias centrais.

A partir dessa perspectiva, imperialismo, colonialismo e dependência não são fenômenos isolados ou superados, mas dimensões constitutivas do capitalismo histórico. Mesmo na ausência de dominação colonial direta, persistem formas contemporâneas de imperialismo, mediadas por mecanismos econômicos, financeiros e institucionais. A atuação de corporações transnacionais, a influência de organismos internacionais e a imposição de agendas econômicas por meio de condicionalidades financeiras ilustram como a dependência se reproduz no capitalismo globalizado (Harvey, 2011).

No contexto da globalização neoliberal, essas dinâmicas assumem novas formas, mas mantêm sua lógica estrutural. A liberalização dos fluxos de capitais e a financeirização da economia global intensificaram a vulnerabilidade das economias periféricas, frequentemente submetidas a ciclos de endividamento e crises recorrentes. Além disso, a assimetria no acesso à tecnologia e ao conhecimento reforça a dependência estrutural, dificultando a construção de estratégias de desenvolvimento baseadas na agregação de valor e na inovação (Chesnais, 1998).

Amin (2011) destaca que, embora o colonialismo clássico tenha sido formalmente superado, persistem formas de neocolonialismo e imperialismo informal, que operam por meio de instrumentos econômicos, jurídicos e políticos. Essas formas de dominação são menos visíveis, mas igualmente eficazes na reprodução das desigualdades globais. Dessa forma, a análise do imperialismo, do colonialismo e da dependência econômica revela-se fundamental para compreender a lógica histórica e estrutural da EPI. Esses conceitos permitem evidenciar que o sistema capitalista mundial é marcado por relações de poder assimétricas, que condicionam as possibilidades de desenvolvimento e autonomia dos Estados. Harvey (2011) que a integração dessas dimensões em sua análise, reafirma pela EPI seu caráter crítico e interdisciplinar, oferecendo instrumentos teóricos para a compreensão das desigualdades globais e para a reflexão sobre alternativas ao modelo dominante de organização da economia mundial.

Globalização econômica e reconfigurações do capitalismo contemporâneo

A globalização econômica constitui uma das dimensões centrais da EPI contemporânea, na medida em que expressa as transformações estruturais do capitalismo nas últimas décadas e redefine as formas de articulação entre Estados, mercados e sociedades. Embora o termo “globalização” seja frequentemente utilizado para descrever a intensificação das interconexões econômicas em escala mundial, sua compreensão exige uma análise histórica e crítica que reconheça a globalização como um processo intrinsecamente vinculado à dinâmica expansiva do capitalismo, e não como um fenômeno neutro, homogêneo ou inevitável (Harvey, 2011).

Do ponto de vista histórico, a globalização não representa uma ruptura absoluta com fases anteriores do capitalismo, mas uma reconfiguração específica de suas formas de organização e funcionamento. Desde o surgimento do mercado mundial, o capitalismo operou por meio da integração progressiva de diferentes regiões do globo, ainda que de maneira desigual. O que distingue a globalização contemporânea é a intensidade, a velocidade e a complexidade dos fluxos econômicos, financeiros, produtivos e informacionais, possibilitadas pelos avanços tecnológicos, pela liberalização dos mercados e pela consolidação de um arcabouço institucional favorável à expansão do capital em escala global (Held et al., 1999).

A partir da década de 1970, o capitalismo atravessou uma crise estrutural associada ao esgotamento do modelo fordista-keynesiano, que havia predominado no pós-Segunda Guerra Mundial. A desaceleração do crescimento econômico, a queda das taxas de lucro e o aumento da inflação nas economias centrais impulsionaram uma reorientação das estratégias de acumulação. Nesse contexto, emergiu o neoliberalismo como paradigma dominante, defendendo a redução do papel do Estado na economia, a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas públicas e a liberalização dos fluxos de comércio e capitais (Harvey, 2008).

A globalização econômica contemporânea está profundamente associada a essa reorientação neoliberal do capitalismo. A abertura dos mercados financeiros e a flexibilização das regulações nacionais permitiram a intensificação da mobilidade do capital, especialmente do capital financeiro, que passou a operar em escala global com maior autonomia em relação aos Estados nacionais. Esse processo contribuiu para a financeirização da economia mundial, caracterizada pelo predomínio das atividades financeiras sobre a produção material e pela crescente influência dos mercados financeiros nas decisões econômicas e políticas (Chesnais, 1998).

A financeirização representa uma das principais reconfigurações do capitalismo contemporâneo e constitui um elemento central da globalização econômica. O aumento dos fluxos financeiros internacionais, a expansão dos mercados de capitais e a sofisticação dos instrumentos financeiros ampliaram as possibilidades de acumulação, mas também intensificaram a instabilidade sistêmica. A EPI destaca que a globalização financeira aprofunda as assimetrias entre países centrais e periféricos, uma vez que estes últimos tendem a ocupar posições subordinadas na hierarquia financeira global, tornando-se mais vulneráveis a crises cambiais, endividamento externo e choques especulativos (Stiglitz, 2010).

Paralelamente à financeirização, a globalização econômica promoveu profundas transformações na organização da produção. A internacionalização das cadeias produtivas, impulsionada pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação, possibilitou a fragmentação dos processos produtivos e sua dispersão geográfica. As empresas transnacionais passaram a organizar a produção em redes globais, localizando diferentes etapas em países distintos, de acordo com vantagens comparativas como custos de mão de obra, regimes regulatórios e incentivos fiscais (Gereffi, 2018).

Essa reconfiguração produtiva redefiniu a divisão internacional do trabalho e ampliou a interdependência entre as economias nacionais. No entanto, também reforçou padrões de especialização assimétricos, nos quais os países centrais concentram atividades de maior valor agregado, como pesquisa, desenvolvimento e design, enquanto muitos países periféricos permanecem inseridos em segmentos intensivos em trabalho e de menor complexidade tecnológica. A globalização econômica, nesse sentido, não eliminou as desigualdades estruturais do capitalismo, mas frequentemente as aprofundou (Furtado, 2007).

Outro aspecto fundamental da globalização contemporânea diz respeito à transformação do papel do Estado. Contrariando a ideia de que a globalização implicaria o “fim do Estado”, a EPI demonstra que os Estados continuam a desempenhar funções centrais na sustentação do capitalismo global (Strange, 1996). Contudo, suas atribuições foram reconfiguradas, deslocando-se da regulação direta da economia para a criação de condições favoráveis à competitividade, à atração de investimentos e à integração aos mercados globais.

Nesse contexto, Ruggie (1982) observa a emergência de novas formas de governança econômica internacional, baseadas em regimes multilaterais, acordos regionais e instituições supranacionais. Organizações como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial exercem papel significativo na definição de normas e políticas econômicas, frequentemente refletindo os interesses das economias centrais. A globalização econômica, portanto, envolve não apenas a expansão dos mercados, mas também a institucionalização de regras que moldam o funcionamento da economia mundial.

Sassen (2014) ressalta que a globalização neoliberal produziu efeitos sociais contraditórios. Embora tenha contribuído para o crescimento econômico em determinadas regiões, também esteve associada ao aumento da desigualdade social, à precarização do trabalho e à erosão de direitos sociais. A flexibilização das relações trabalhistas e a intensificação da concorrência internacional pressionaram os salários e fragilizaram os mecanismos de proteção social, especialmente nos países periféricos e semiperiféricos.

Além disso, a globalização econômica intensificou desafios ambientais globais, como as mudanças climáticas e a degradação dos ecossistemas, evidenciando os limites do modelo de expansão capitalista baseado no crescimento contínuo e na exploração intensiva de recursos naturais. Esses desafios colocam em questão a sustentabilidade do capitalismo contemporâneo e reforçam a necessidade de abordagens integradas que articulem economia, política e meio ambiente na análise da economia global (Polanyi, 2000).

As crises econômicas recentes, especialmente a crise financeira global de 2008, evidenciaram de forma contundente as contradições da globalização e da financeirização do capitalismo. A crise revelou a fragilidade do sistema financeiro

internacional, a interdependência entre as economias e a persistência de assimetrias estruturais na capacidade de resposta dos Estados. Ao mesmo tempo, reacendeu debates sobre o papel do Estado, a regulação dos mercados e a necessidade de reformas no sistema econômico internacional (Krugman, 2009).

Dessa forma, Krugman (2009) reitera que a globalização econômica deve ser compreendida como um processo histórico complexo, marcado por reconfigurações profundas do capitalismo contemporâneo. Longe de representar uma fase de harmonização global, a globalização expressa a continuidade da lógica expansiva do capital, mediada por novas formas de organização produtiva, financeira e institucional. A EPI, pontuando criticamente esse processo, evidencia que a globalização é simultaneamente um fenômeno econômico, político e social, permeado por conflitos, disputas e desigualdades.

Crises econômicas internacionais e seus impactos estruturais

As crises econômicas internacionais constituem um dos elementos centrais para a compreensão da dinâmica histórica do capitalismo e ocupam lugar de destaque na análise da EPI. Longe de representarem eventos excepcionais ou meramente conjunturais, as crises expressam contradições estruturais do sistema capitalista, revelando seus limites internos, suas assimetrias e os conflitos inerentes à lógica de acumulação. Ao longo da história, as crises desempenharam um papel decisivo na reconfiguração das economias nacionais, das instituições internacionais e das relações de poder no sistema mundial, tornando-se momentos privilegiados para a análise crítica da ordem econômica global (Marx, 2017).

Do ponto de vista teórico, diferentes correntes da economia política buscaram explicar a recorrência das crises no capitalismo. Na tradição marxista, as crises são entendidas como resultantes das contradições internas do modo de produção capitalista, em especial da tendência à superacumulação, da queda da taxa de lucro e do descompasso entre produção e consumo. A busca incessante pela valorização do capital leva à expansão da capacidade produtiva além da capacidade de realização do valor, gerando desequilíbrios que se manifestam periodicamente sob a forma de crises econômicas (Harvey, 2011).

Já abordagens keynesianas enfatizam o papel da instabilidade da demanda agregada, das expectativas e da incerteza nos mercados financeiros como fatores centrais na gênese das crises. Nessa perspectiva, Kindleberger e Aliber (2011) observam que a ausência de mecanismos eficazes de regulação e coordenação pode levar a ciclos de expansão e retração econômica, com impactos profundos sobre o emprego, a renda e o investimento. Apesar das diferenças teóricas, há um consenso de que as crises não são fenômenos externos ao capitalismo, mas parte constitutiva de sua dinâmica histórica.

Historicamente, as crises econômicas internacionais assumiram diferentes formas e intensidades, acompanhando as transformações do capitalismo. A crise de 1929 constitui um marco fundamental, ao evidenciar a interdependência crescente das economias nacionais e a incapacidade dos mercados autorregulados de garantir estabilidade sistêmica. A Grande Depressão teve impactos profundos e duradouros, resultando em colapso do comércio internacional, desemprego em massa e instabilidade política em diversas regiões do mundo. Como resposta, emergiram novas formas de intervenção estatal e de regulação econômica,

que redefiniram a relação entre Estado e mercado no capitalismo do pós-guerra (Polanyi, 2000).

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado por relativa estabilidade econômica, sustentada por políticas keynesianas, pelo fortalecimento do Estado de bem-estar social e pela criação de instituições internacionais voltadas à coordenação da economia global. Contudo, essa configuração entrou em crise a partir da década de 1970, com o esgotamento do modelo fordista-keynesiano. As crises do petróleo, a estagflação e a desaceleração do crescimento nas economias centrais evidenciaram novos limites do capitalismo, abrindo espaço para a ascensão do neoliberalismo e para a reconfiguração das estratégias de acumulação (Hobsbawm, 1995).

Nesse contexto, as crises passaram a assumir uma dimensão cada vez mais internacionalizada, acompanhando a intensificação da globalização econômica e financeira. A liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação dos mercados financeiros ampliaram a vulnerabilidade sistêmica, tornando as economias nacionais mais expostas a choques externos. Crises como a da dívida latino-americana nos anos 1980, a crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998 ilustram como os desequilíbrios financeiros podem se propagar rapidamente pelo sistema internacional, afetando de maneira assimétrica países centrais e periféricos (Stiglitz, 2010).

A crise financeira global de 2008 representa um dos episódios mais emblemáticos das crises econômicas internacionais contemporâneas. Originada no sistema financeiro dos Estados Unidos, a crise rapidamente se espalhou para outras economias, evidenciando o grau de interdependência e a centralidade do capital financeiro no capitalismo globalizado. Esse episódio revelou não apenas fragilidades técnicas dos mercados financeiros, mas contradições estruturais associadas à financeirização, ao endividamento excessivo e à desconexão entre a economia financeira e a economia real (Chesnais, 2016).

Do ponto de vista da EPI, as crises econômicas internacionais produzem impactos estruturais que vão além da esfera econômica. Elas frequentemente resultam em reconfigurações institucionais, mudanças nas políticas econômicas e redefinições das estratégias de desenvolvimento. Após 1929, por exemplo, consolidaram-se políticas de intervenção estatal e mecanismos de proteção social; após 2008, intensificaram-se debates sobre regulação financeira, papel do Estado e governança econômica global, ainda que com resultados limitados e desiguais (Krugman, 2009).

As crises também afetam de maneira diferenciada os países centrais e periféricos, reforçando assimetrias estruturais do sistema internacional. Em geral, as economias periféricas dispõem de menor capacidade fiscal, institucional e financeira para responder aos choques econômicos, tornando-se mais suscetíveis a recessões prolongadas, aumento da pobreza e instabilidade social. Além disso, muitas vezes são pressionadas a adotar políticas de ajuste estrutural, impostas por organismos internacionais, que aprofundam a dependência econômica e restringem a autonomia das políticas nacionais (Prebisch, 2000).

Outro impacto estrutural relevante das crises econômicas internacionais diz respeito à reconfiguração das relações de poder no sistema mundial. As crises profundas tendem a enfraquecer potências hegemônicas e a abrir espaço para a ascensão de novos atores. A crise do entre-guerras contribuiu para o declínio

da hegemonia britânica e para a ascensão dos Estados Unidos como potência central do sistema capitalista. De modo semelhante, Arrighi (1996) observa que as crises recentes têm alimentado debates sobre o deslocamento do eixo econômico global e o fortalecimento de economias emergentes, ainda que essas transformações ocorram de forma desigual e contraditória.

Além disso, as crises econômicas internacionais têm implicações sociais e políticas significativas. De acordo com Sassen (2014), o aumento do desemprego, a precarização do trabalho e a redução dos gastos sociais tendem a intensificar conflitos sociais e a alimentar movimentos políticos contestatórios. Em diversos contextos históricos, crises econômicas estiveram associadas à ascensão de regimes autoritários, ao nacionalismo econômico e ao questionamento das instituições multilaterais, revelando a dimensão política das crises no capitalismo global.

As crises contemporâneas estão cada vez mais interligadas a outros desafios globais, como as crises ambientais, sanitárias e geopolíticas. Segundo Tooze (2021), a pandemia de COVID-19, por exemplo, evidenciou a fragilidade das cadeias globais de produção, a dependência excessiva de determinados mercados e a insuficiência dos mecanismos de cooperação internacional. Esses elementos reforçam a percepção de que as crises econômicas não podem ser analisadas isoladamente, mas como parte de um conjunto mais amplo de crises estruturais do capitalismo contemporâneo.

Dessa forma, conforme reafirma Tooze (2021), as crises econômicas internacionais devem ser compreendidas como momentos de ruptura e, simultaneamente, de reorganização do sistema capitalista. Elas expõem contradições, redefinem estratégias de acumulação e reconfiguram instituições e relações de poder. Não obstante, a EPI perpassa pelas crises de maneira histórica e estrutural, permitindo uma compreensão crítica da economia global e para o debate sobre alternativas de organização econômica mais estáveis, equitativas e sustentáveis.

4

PARADIGMAS DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL



A EPI constitui-se em área plural, marcado pela coexistência de diferentes paradigmas analíticos que buscam explicar a articulação entre economia, política e poder no sistema internacional. Diferentemente de áreas caracterizadas por um núcleo teórico homogêneo, a EPI desenvolveu-se a partir do diálogo — e, frequentemente, do conflito — entre tradições intelectuais distintas, cada uma delas portadora de pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos próprios. Essa diversidade paradigmática não representa uma fragilidade do campo, mas, ao contrário, constitui uma de suas principais riquezas analíticas, na medida em que permite a compreensão multifacetada de fenômenos complexos e historicamente determinados.

Os paradigmas da EPI surgem em estreita relação com transformações históricas do capitalismo e do sistema internacional. Cada paradigma reflete, em maior ou menor grau, respostas intelectuais a contextos específicos, como a consolidação do liberalismo econômico, a formação dos Estados modernos, a expansão imperialista, as crises do capitalismo e os processos contemporâneos de globalização. Assim, os paradigmas da EPI não devem ser compreendidos apenas como construções abstratas, mas como expressões teóricas situadas historicamente, vinculadas a interesses, projetos políticos e disputas de poder (Gilpin, 2001).

De modo geral, a literatura especializada identifica três grandes paradigmas clássicos da EPI — o liberal, o realista (ou mercantilista) e o marxista/estruturalista — aos quais se somam, mais recentemente, abordagens críticas contemporâneas que buscam superar limitações analíticas dos modelos tradicionais. Esses paradigmas diferenciam-se quanto à forma como concebem o funcionamento da economia internacional, o papel do Estado, a natureza dos mercados, a distribuição do poder e as possibilidades de cooperação ou conflito no sistema internacional.

O paradigma liberal parte da premissa de que os mercados constituem mecanismos eficientes de alocação de recursos e de promoção do bem-estar coletivo. Inspirado na tradição do liberalismo clássico e na economia política de Adam Smith e David Ricardo, esse paradigma enfatiza os benefícios do livre-comércio, da especialização produtiva e da interdependência econômica entre as nações. Na perspectiva liberal, a economia internacional tende à cooperação, uma vez que a abertura comercial e financeira possibilita ganhos mútuos e contribui para a estabilidade do sistema internacional. O Estado é concebido, predominantemente, como um ator que deve criar condições institucionais favoráveis ao funcionamento dos mercados, evitando intervenções excessivas que distorçam a eficiência econômica.

Em contraste, o paradigma realista — frequentemente associado à tradição mercantilista — concebe a economia internacional como um campo de competição entre Estados soberanos que buscam maximizar poder e segurança. Nessa abordagem, a economia é subordinada à política, e as relações econômicas internacionais são avaliadas em termos de ganhos relativos, e não absolutos. O comércio, os investimentos e o controle de recursos estratégicos são entendidos como instrumentos da política de poder dos Estados. Assim, o paradigma realista enfatiza a centralidade do Estado, a lógica da rivalidade interestatal e o caráter conflituoso do sistema internacional, rejeitando a ideia de que os mercados possam operar de forma autônoma ou neutra (Gilpin, 2001).

O paradigma marxista e estruturalista, por sua vez, desloca o foco da análise

do Estado para as estruturas do sistema capitalista mundial. Inspirado na crítica da economia política de Karl Marx, esse paradigma compreende a economia internacional como parte de um sistema histórico caracterizado pela exploração, pela desigualdade e pela dominação de classe em escala global. A expansão do capitalismo é interpretada como um processo estrutural que produz e reproduz assimetrias entre centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento. As relações econômicas internacionais, nessa perspectiva, são marcadas pela transferência de valor, pela dependência tecnológica e financeira e pela subordinação das economias periféricas às necessidades de acumulação do capital nos países centrais (Wallerstein, 2001).

No interior desse paradigma, destacam-se contribuições estruturalistas e dependentistas, especialmente oriundas da América Latina, que enfatizam o papel da inserção internacional na reprodução do subdesenvolvimento. Essas abordagens rejeitam a ideia de que o desenvolvimento seja um processo linear e universal, sustentando que as condições históricas e estruturais do sistema internacional limitam as possibilidades de convergência entre as economias. O Estado, nessa perspectiva, pode desempenhar um papel ambíguo, ora como instrumento de reprodução da dominação, ora como agente potencial de transformação, a depender das correlações de forças sociais e políticas.

A partir das últimas décadas do século XX, emergiram abordagens críticas contemporâneas que ampliam e problematizam os paradigmas clássicos da EPI. Essas abordagens incorporam contribuições de diferentes campos do conhecimento, como a sociologia, a ciência política, a geografia, os estudos culturais e a teoria crítica. Em comum, compartilham a preocupação em analisar dimensões frequentemente negligenciadas pelos paradigmas tradicionais, como o papel das ideias, dos discursos, das identidades, das instituições informais e das relações de poder não estatais na conformação da economia global (Cox, 1987).

As abordagens críticas contemporâneas questionam pressupostos naturalizados sobre mercados, desenvolvimento e globalização, enfatizando o caráter historicamente construído da ordem econômica internacional. Inspiradas, em muitos casos, no pensamento gramsciano, essas perspectivas analisam a EPI como um campo de hegemonia, no qual consensos são produzidos e mantidos por meio de combinações entre coerção e consentimento. Além disso, tais abordagens ampliam o escopo da EPI ao incorporar temas como gênero, meio ambiente, trabalho, migrações e sustentabilidade, reforçando o caráter interdisciplinar do campo.

Dessa forma, o capítulo dedicado aos paradigmas teóricos da EPI tem como objetivo oferecer uma visão panorâmica das principais matrizes analíticas que estruturam o campo. Ao apresentar os paradigmas liberal, realista, marxista/estruturalista e as abordagens críticas contemporâneas, busca-se evidenciar não apenas suas diferenças conceituais, mas também seus pontos de diálogo e tensão. Essa apresentação geral fornece o arcabouço teórico necessário para a análise detalhada de cada paradigma nos subcapítulos seguintes, permitindo compreender como distintas interpretações da economia internacional refletem projetos políticos, visões de mundo e interesses historicamente situados.

Paradigma Liberal

O paradigma liberal ocupa posição central na constituição teórica da EPI, sendo uma das matrizes analíticas mais influentes na interpretação das relações econômicas internacionais. Suas raízes intelectuais remontam ao liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, especialmente à economia política desenvolvida por Adam Smith e David Ricardo, cujas reflexões buscavam compreender os mecanismos de funcionamento dos mercados, a geração da riqueza e os benefícios da troca voluntária entre indivíduos e nações. Ao longo do tempo, esse paradigma foi reelaborado e adaptado a novos contextos históricos, mantendo, contudo, pressupostos fundamentais que estruturam sua visão da economia internacional (Smith, 1996; Ricardo, 1996).

No núcleo do paradigma liberal está a crença de que os mercados constituem mecanismos eficientes de coordenação econômica, capazes de promover o crescimento, a prosperidade e o bem-estar coletivo quando operam com mínima interferência externa. A liberdade de comércio, a mobilidade de capitais e a especialização produtiva são entendidas como fatores que permitem a alocação ótima dos recursos, ampliando a eficiência econômica e gerando ganhos mútuos para os atores envolvidos. Nessa perspectiva, a interdependência econômica entre os Estados não é vista como fonte de conflito, mas como elemento potencial de cooperação e estabilidade internacional (Keohane; Nye, 2012).

A contribuição de Adam Smith é fundamental para a consolidação do paradigma liberal. Ao defender a divisão do trabalho e a livre concorrência como motores da riqueza das nações, Smith argumenta que a busca individual pelo interesse próprio, mediada pelo mercado, pode produzir resultados socialmente benéficos. Essa concepção sustenta a ideia de que a abertura econômica e o livre-comércio favorecem o crescimento econômico e reduzem tensões entre os países, uma vez que a prosperidade passa a ser entendida como resultado da cooperação, e não da rivalidade interestatal (Smith, 1996).

David Ricardo aprofunda essa lógica ao formular a teoria das vantagens comparativas, segundo a qual mesmo países menos eficientes em termos absolutos podem se beneficiar do comércio internacional ao se especializarem na produção de bens em que possuem menor custo relativo. Essa formulação tornou-se um dos pilares do pensamento liberal sobre o comércio internacional, fornecendo base teórica para a defesa da liberalização comercial e da integração econômica entre as nações. No âmbito da EPI, a teoria ricardiana reforça a noção de que o comércio internacional é um jogo de soma positiva, no qual todos os participantes podem obter ganhos (Ricardo, 1996).

No século XX, o paradigma liberal foi significativamente reformulado em resposta às transformações do capitalismo e às crises econômicas internacionais. O colapso do liberalismo econômico clássico durante a Grande Depressão de 1929 evidenciou limitações importantes da autorregulação dos mercados, abrindo espaço para abordagens que reconheciam a necessidade de algum grau de intervenção estatal. Nesse contexto, o pensamento keynesiano introduziu elementos de correção e adaptação ao liberalismo, ao defender políticas macroeconômicas voltadas à estabilização da demanda e à mitigação das flutuações cíclicas do capitalismo (Keynes, 1985).

No plano internacional, essas ideias contribuíram para a construção de uma ordem econômica baseada no que Ruggie denominou de “liberalismo incorpo-

rado”, caracterizada pela combinação entre abertura econômica e autonomia estatal para implementar políticas domésticas de bem-estar e desenvolvimento (Ruggie, 1982). Essa configuração marcou o período do pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação de instituições internacionais voltadas à promoção da cooperação econômica, da estabilidade financeira e da expansão do comércio. O paradigma liberal, nesse momento, incorporou uma dimensão institucionalista, reconhecendo que mercados eficientes dependem de regras, normas e instituições que reduzam incertezas e promovam a cooperação entre os Estados.

A partir das décadas de 1970 e 1980, o paradigma liberal passou por nova inflexão com a ascensão do neoliberalismo. Em resposta à crise do modelo fordista-keynesiano, o neoliberalismo retomou princípios do liberalismo clássico, enfatizando a desregulamentação dos mercados, a liberalização financeira, a privatização de empresas estatais e a redução do papel do Estado na economia. No âmbito da EPI, essa orientação reforçou a defesa da globalização econômica como caminho para o crescimento e a eficiência, ao mesmo tempo em que atribuiu às políticas nacionais a responsabilidade por eventuais fracassos econômicos (Harvey, 2008).

Do ponto de vista analítico, o paradigma liberal contemporâneo enfatiza a importância das instituições internacionais na facilitação da cooperação econômica. Autores vinculados ao liberalismo institucional argumentam que, em um contexto de interdependência complexa, os Estados reconhecem benefícios na criação de regimes internacionais que estabeleçam regras estáveis para o comércio, as finanças e os investimentos. Essas instituições contribuem para reduzir custos de transação, aumentar a previsibilidade e mitigar comportamentos oportunistas, favorecendo a cooperação mesmo em um sistema internacional descentralizado (Keohane, 2005).

Apesar de sua influência, o paradigma liberal tem sido alvo de críticas recorrentes no campo da EPI. Uma das principais objeções refere-se à tendência de subestimar as assimetrias de poder existentes no sistema internacional. Chang (2004) enfatiza que com ganhos absolutos e benefícios mútuos, o liberalismo frequentemente negligencia o fato de que os resultados da abertura econômica são distribuídos de forma desigual entre países e grupos sociais. Economias com maior capacidade produtiva, tecnológica e institucional tendem a se beneficiar mais intensamente da liberalização, enquanto países periféricos enfrentam dificuldades para competir em condições equitativas.

Embora o paradigma liberal reconheça a importância das instituições, ele tende a conceber o Estado como um agente predominantemente funcional aos mercados, responsável por garantir direitos de propriedade, contratos e estabilidade macroeconômica. Abordagens críticas argumentam que essa visão ignora o caráter político das decisões econômicas e as disputas sociais envolvidas na definição das políticas de abertura, regulação e integração internacional (Polanyi, 2000). Além disso, crises econômicas recentes, como a crise financeira global de 2008, colocaram em xeque pressupostos centrais do liberalismo econômico, especialmente no que se refere à eficiência dos mercados financeiros e à autorregulação. Esses episódios evidenciaram a necessidade de intervenção estatal para evitar colapsos sistêmicos, reacendendo debates sobre os limites da liberalização e sobre a importância de mecanismos regulatórios mais robustos no plano nacional e internacional (Stiglitz, 2010).

Ainda assim, o paradigma liberal permanece como uma referência fundamental na EPI, tanto pelo impacto histórico de suas ideias quanto por sua influência contínua na formulação de políticas econômicas e na atuação de instituições internacionais. Sua capacidade de adaptação a diferentes contextos históricos explica, em parte, sua longevidade e centralidade no debate teórico. Stiglitz (2010) observa que, ao mesmo tempo, suas limitações analíticas reforçam a importância do diálogo com outros paradigmas, especialmente aqueles que enfatizam relações de poder, desigualdade e conflito estrutural.

Paradigma realista (ou mercantilista)

A formulação do paradigma realista (ou mercantilista) no campo da EPI está diretamente associada à centralidade do Estado como ator fundamental da ordem econômica internacional e à compreensão de que as relações econômicas são inseparáveis das disputas de poder político e estratégico entre as nações. Diferentemente do paradigma liberal, que enfatiza a cooperação, os ganhos mútuos e a eficiência dos mercados, o realismo parte do pressuposto de que o sistema internacional é marcado pela anarquia, pela competição entre Estados soberanos e pela busca permanente da segurança e do poder relativo (Buzan, 2014). Nesse sentido, a economia é concebida como um instrumento a serviço dos objetivos estratégicos do Estado, sendo subordinada às prioridades políticas e militares.

As raízes históricas do paradigma realista remontam ao mercantilismo europeu dos séculos XVI ao XVIII, período caracterizado pela consolidação dos Estados nacionais modernos, pela expansão do comércio ultramarino e pela intensificação das rivalidades interestatais. Os pensadores mercantilistas defendiam a acumulação de riqueza, especialmente sob a forma de metais preciosos, como condição essencial para o fortalecimento do poder estatal. O comércio internacional era visto como um jogo de soma zero, no qual o ganho de um país implicava necessariamente a perda de outro, justificando políticas protecionistas, subsídios à produção nacional e restrições às importações (Heckscher, 1935). Essa lógica mercantilista constitui um dos pilares conceituais do realismo na EPI, ao estabelecer uma visão conflitiva das relações econômicas internacionais.

No plano teórico, o realismo na EPI dialoga de forma estreita com o realismo clássico e neorrealista das Relações Internacionais. Morgenthau (2003) e, posteriormente, Waltz (1979), influenciaram decisivamente a incorporação de categorias como poder, interesse nacional e segurança ao estudo das relações econômicas internacionais. Para essa abordagem, os Estados buscam maximizar seu poder relativo e minimizar vulnerabilidades externas, utilizando instrumentos econômicos — como política comercial, controle de fluxos financeiros, sanções e acordos estratégicos — para alcançar objetivos políticos mais amplos. Assim, a EPI, sob a ótica realista, é compreendida como um espaço de competição estruturada, no qual as decisões econômicas são moldadas por considerações geopolíticas.

Um elemento central do paradigma realista é a distinção entre ganhos absolutos e ganhos relativos. Enquanto o liberalismo enfatiza os ganhos absolutos obtidos por meio da cooperação econômica, o realismo sustenta que os Estados se preocupam prioritariamente com os ganhos relativos, isto é, com a distribui-

ção dos benefícios entre os participantes. Mesmo que todos os países se beneficiem de uma relação econômica, um Estado pode rejeitá-la se perceber que seus parceiros estratégicos obtêm vantagens maiores, capazes de se converter em poder político ou militar no futuro (Grieco, 1988). Essa preocupação explica, em grande medida, a resistência de alguns países à liberalização comercial irrestrita e a adoção de políticas industriais e tecnológicas voltadas à preservação da autonomia nacional.

De acordo com Chang (2002), o papel do Estado na economia é, portanto, amplamente valorizado pelo paradigma realista. Longe de ser um agente neutro ou mero regulador, o Estado é visto como protagonista ativo na formulação e implementação de políticas econômicas estratégicas. Isso inclui a proteção de setores considerados vitais para a segurança nacional, como energia, defesa, infraestrutura e tecnologias de ponta, bem como o uso de instrumentos econômicos para exercer influência sobre outros países. A noção de “segurança econômica” emerge, nesse contexto, como uma extensão da segurança nacional, reforçando a ideia de que dependências econômicas excessivas podem representar riscos estratégicos (Gilpin, 2001).

Robert Gilpin é um dos principais expoentes contemporâneos do realismo na EPI. Para o autor, a ordem econômica internacional é moldada pela distribuição de poder entre os Estados, sendo particularmente influenciada pelas potências hegemônicas. Gilpin (1987) argumenta que períodos de estabilidade econômica internacional tendem a coincidir com a hegemonia de uma grande potência, capaz de fornecer bens públicos internacionais, como estabilidade monetária, abertura comercial e segurança das rotas marítimas. No entanto, à medida que o poder relativo dessa potência declina, surgem tensões e conflitos que podem levar a crises e transformações sistêmicas. Essa perspectiva, conhecida como teoria da estabilidade hegemônica, é amplamente utilizada para interpretar a ascensão e o declínio de potências econômicas ao longo da história.

A relação entre realismo e mercantilismo também se manifesta na defesa de políticas econômicas nacionais orientadas ao fortalecimento do poder produtivo interno. Autores associados ao chamado neomercantilismo contemporâneo argumentam que, em um contexto de competição global acirrada, os Estados devem adotar estratégias de desenvolvimento que combinem abertura seletiva, proteção estratégica e promoção ativa da indústria nacional. Essa abordagem é particularmente visível nas políticas industriais de países que buscaram reduzir sua dependência externa e aumentar sua competitividade internacional por meio da intervenção estatal, como observado em diversas economias do Leste Asiático (Chang, 2002).

No contexto da globalização contemporânea, o paradigma realista da EPI ganhou renovada relevância diante do aumento das rivalidades geopolíticas, da instrumentalização do comércio e das finanças como ferramentas de poder e do questionamento da ordem liberal internacional. Farrell e Newman (2019), disputas comerciais, guerras tarifárias, sanções econômicas e restrições ao acesso a tecnologias estratégicas ilustram como os Estados continuam a utilizar mecanismos econômicos para defender interesses nacionais e conter adversários. Esses fenômenos reforçam a crítica realista à visão liberal de interdependência pacífica, ao evidenciar que a interconexão econômica pode ser tanto uma fonte de cooperação quanto de coerção.

Apesar de sua robustez analítica, o paradigma realista não está isento de críticas. Uma das principais objeções refere-se à sua tendência ao estatocentrismo, que pode subestimar o papel de atores não estatais, como corporações transnacionais, organizações internacionais e redes financeiras globais, na configuração da economia internacional. Além disso, críticos argumentam que o foco excessivo na competição e nos ganhos relativos pode obscurecer as possibilidades de cooperação duradoura e os benefícios sistêmicos da interdependência econômica (Keohane; Nye, 2012). Ainda assim, os realistas respondem que esses atores e processos continuam, em última instância, condicionados pelo poder e pelas decisões dos Estados.

Farrel e Newman (2019) argumentam sobre a normatividade implícita no paradigma realista. Ao enfatizar a primazia do interesse nacional e da razão de Estado, essa abordagem tende a naturalizar práticas protecionistas, assimetrias de poder e estratégias coercitivas, o que levanta questões éticas e políticas relevantes. No entanto, seus defensores sustentam que o realismo oferece uma análise mais pragmática e realista das dinâmicas internacionais, especialmente em um sistema marcado por desigualdades estruturais e conflitos persistentes (Buzan, 2014).

Paradigma Marxista e Estruturalista

O paradigma marxista e estruturalista constitui uma das vertentes mais críticas e abrangentes da EPI, ao compreender a dinâmica econômica global como expressão histórica das relações sociais de produção, das assimetrias estruturais entre classes e Estados e das formas de dominação que se reproduzem em escala internacional (Lenin, 2012). Em contraste com os paradigmas liberal e realista, essa abordagem rejeita a neutralidade dos mercados e a centralidade exclusiva do Estado soberano, enfatizando a historicidade do capitalismo, a exploração do trabalho, a dependência estrutural e a reprodução das desigualdades no sistema mundial.

As bases do paradigma marxista remontam à crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx, cuja análise do capitalismo revelou os mecanismos de extração de mais-valia, a centralidade da luta de classes e a tendência à expansão global do capital. Para Marx, o capitalismo é um modo de produção historicamente determinado, marcado pela contradição entre capital e trabalho e pela necessidade constante de ampliar mercados, incorporar novas regiões e subordinar formas sociais diversas à lógica da acumulação (Marx, 2013). Essa dinâmica expansiva constitui o fundamento da internacionalização do capital e da formação de uma economia mundial integrada, ainda que profundamente desigual.

No âmbito da EPI, o marxismo contribui ao evidenciar que as relações econômicas internacionais não são apenas trocas entre Estados formalmente iguais, mas relações sociais assimétricas mediadas por estruturas de poder econômico. A internacionalização do capital, seja na forma de comércio, investimento direto estrangeiro ou finanças globais, é compreendida como parte do movimento de reprodução ampliada do capitalismo, no qual centros hegemônicos se beneficiam da exploração de periferias e semiperiferias (Lenin, 2012). Assim, a análise marxista desloca o foco da cooperação interestatal para a lógica sistêmica da acumulação e para os conflitos de classe que atravessam fronteiras nacionais.

A teoria do imperialismo, desenvolvida no início do século XX, ocupa lugar central nesse paradigma. Para Lenin (2012), o imperialismo representa a fase superior do capitalismo, caracterizada pela concentração e centralização do capital, pela fusão entre capital bancário e industrial, pela exportação de capitais e pela divisão do mundo entre grandes potências. Essa formulação foi decisiva para compreender a expansão capitalista como processo estruturalmente desigual e conflitivo, no qual a dominação econômica se articula à dominação política e militar. A EPI, nessa perspectiva, é inseparável da análise do imperialismo e de suas transformações históricas.

Ao longo do século XX, o marxismo foi reelaborado por diferentes correntes que buscaram atualizar suas categorias analíticas frente às mudanças do capitalismo global. Entre essas correntes, destacam-se as abordagens estruturalistas latino-americanas, que, embora não se identifiquem integralmente com o marxismo clássico, compartilham a crítica às assimetrias estruturais do sistema internacional. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desempenhou papel central nesse processo, ao formular a noção de centro e periferia como chave interpretativa das desigualdades globais (Prebisch, 2000).

O estruturalismo parte do pressuposto de que a economia mundial é organizada de forma hierárquica, na qual países centrais concentram atividades de maior valor agregado, enquanto países periféricos permanecem especializados na produção e exportação de bens primários. Essa divisão internacional do trabalho gera deterioração dos termos de troca e limita as possibilidades de desenvolvimento autônomo das economias periféricas (Prebisch, 2000). Na EPI, essa abordagem permite compreender como estruturas produtivas desiguais se perpetuam ao longo do tempo, independentemente de mudanças conjunturais nos fluxos comerciais ou financeiros.

A teoria da dependência emerge como desdobramento crítico do estruturalismo e como ponte entre o marxismo e a análise das economias periféricas. Furtado (2007) e Dos Santos (2015) argumentam que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida e reproduzida pela inserção dependente dessas economias no capitalismo mundial. A dependência, nesse sentido, é entendida como relação estrutural que condiciona as possibilidades de crescimento, industrialização e autonomia política dos países periféricos.

Na EPI, a teoria da dependência oferece instrumentos analíticos para compreender a articulação entre fatores internos e externos no processo de desenvolvimento desigual. A exploração do trabalho, a transferência de valor para o exterior e a subordinação tecnológica são vistas como mecanismos centrais da reprodução da dependência. Marini (2005) destaca, por exemplo, o conceito de superexploração da força de trabalho, pelo qual as economias dependentes compensam sua posição subordinada por meio da intensificação da exploração laboral, aprofundando desigualdades sociais internas e externas.

A partir das décadas finais do século XX, o paradigma marxista e estruturalista passou por importantes reformulações, incorporando novas dimensões da globalização capitalista. A financeirização, a transnacionalização da produção e a formação de cadeias globais de valor desafiaram análises centradas exclusivamente no Estado-nação, exigindo abordagens mais complexas sobre a organização do capital em escala global. Harvey (2014) e Arrighi (2016) contribuíram para

essa renovação teórica, ao analisar o capitalismo contemporâneo como sistema marcado por ciclos de acumulação, crises recorrentes e deslocamentos espaciais do poder econômico.

Arrighi (2016) propõe a noção de ciclos sistêmicos de acumulação para explicar a ascensão e o declínio de potências hegemônicas ao longo da história do capitalismo. Essa abordagem amplia a análise marxista ao articular economia, política e geopolítica, demonstrando como a EPI é moldada por transformações estruturais de longo prazo. Harvey (2014), por sua vez, enfatiza os processos de acumulação por espoliação, evidenciando como privatizações, desposseções e crises financeiras funcionam como mecanismos contemporâneos de expansão do capital.

Apesar de sua riqueza analítica, o paradigma marxista e estruturalista também enfrenta críticas. Uma delas refere-se ao seu suposto economicismo, isto é, à tendência de reduzir fenômenos políticos e culturais à lógica da acumulação capitalista. Outra crítica aponta para o determinismo estrutural, que poderia subestimar a capacidade de agência dos Estados periféricos e de atores sociais na transformação das estruturas globais (Cardoso; Faletto, 2010). Em resposta, autores contemporâneos têm buscado incorporar dimensões políticas, institucionais e culturais à análise marxista, tornando-a mais sensível à complexidade do capitalismo global.

Ainda assim, a relevância do paradigma marxista e estruturalista na EPI permanece significativa, sobretudo em um contexto marcado pelo aprofundamento das desigualdades globais, pela recorrência de crises econômicas e pela intensificação de conflitos sociais. Ao revelar as bases estruturais da dominação econômica e ao questionar as narrativas de neutralidade e eficiência dos mercados globais, essa abordagem contribui para uma compreensão crítica das dinâmicas internacionais e para a formulação de alternativas teóricas e políticas ao capitalismo hegemônico (Harvey, 2014; Arrighi, 2016).

Abordagens críticas contemporâneas

As abordagens críticas contemporâneas constituem um dos campos mais dinâmicos e pluralizados da EPI, surgindo como resposta às limitações analíticas dos paradigmas clássicos — liberal, realista e marxista/estruturalista — diante das transformações profundas do capitalismo global a partir do final do século XX. Cox (1987) evidencia que essas abordagens compartilham o esforço de questionar pressupostos naturalizados sobre mercados, Estados, desenvolvimento e globalização, enfatizando o caráter histórico, socialmente construído e politicamente contestado da ordem econômica internacional. Escobar (2010) compreende que, ao invés de buscar leis universais ou modelos abstratos de funcionamento da economia global, as perspectivas críticas concentram-se na análise das relações de poder, dos conflitos sociais, das ideias, das instituições e das formas de dominação que estruturam a EPI.

Um dos principais marcos das abordagens críticas contemporâneas é a incorporação da teoria crítica de inspiração gramsciana. A partir das contribuições de Antonio Gramsci, Cox (1987) e outros autores propuseram uma ruptura epistemológica com a tradição positivista dominante nos estudos internacionais. Cox (1987) argumenta que toda teoria é sempre “para alguém e para algum propósito”, rejeitando a pretensão de neutralidade científica. Na EPI, essa perspectiva

implica compreender a ordem econômica internacional como uma construção histórica sustentada por relações de hegemonia, nas quais coerção e consentimento se articulam para estabilizar determinadas formas de organização do capitalismo global.

A abordagem neogramsciana analisa a EPI como um complexo de forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais. Nesse enquadramento, as instituições internacionais, como organismos financeiros e comerciais, não são vistas como arenas neutras de cooperação, mas como mecanismos de consolidação de projetos hegemônicos que refletem os interesses das classes e Estados dominantes (Cox, 1987). A hegemonia, portanto, não se limita à supremacia material, mas envolve a produção de consensos normativos e ideacionais que legitimam determinada configuração da economia global.

Outra vertente central das abordagens críticas contemporâneas é o construtivismo crítico, que enfatiza o papel das ideias, normas e discursos na constituição da realidade econômica internacional. Diferentemente das abordagens racionalistas, que tratam interesses como dados objetivos, o construtivismo argumenta que interesses e identidades são socialmente construídos ao longo do tempo. Na EPI, isso significa reconhecer que conceitos como “mercado”, “desenvolvimento”, “competitividade” e “boa governança” são produtos históricos e discursivos, moldados por relações de poder (Ruggie, 1998).

Essa perspectiva permite compreender como determinadas narrativas econômicas se tornam dominantes e orientam políticas públicas e reformas institucionais em escala global. A difusão do neoliberalismo, por exemplo, pode ser analisada não apenas como resultado de imposições materiais, mas como um processo de construção discursiva que redefiniu o papel do Estado, do mercado e da sociedade civil (Blyth, 2002). Assim, as abordagens críticas contemporâneas ampliam o escopo da EPI ao incorporar dimensões simbólicas e ideacionais à análise das estruturas econômicas.

As abordagens feministas também ocupam lugar de destaque no campo crítico da EPI. Essas perspectivas questionam o caráter androcêntrico das teorias tradicionais, que tendem a invisibilizar o papel do gênero na economia global. Algumas autoras feministas, como Tickner (2001), argumentam que a EPI convencional privilegia esferas formalizadas da economia — como comércio, finanças e produção industrial — em detrimento de atividades fundamentais para a reprodução social, como o trabalho doméstico e de cuidado, majoritariamente realizado por mulheres.

Na EPI, o feminismo evidencia como a divisão sexual do trabalho está profundamente imbricada nas dinâmicas do capitalismo global. Cadeias globais de produção, migrações internacionais e políticas de austeridade afetam de maneira desigual homens e mulheres, reforçando hierarquias de gênero, raça e classe (Peterson, 2003). Ao incorporar essas dimensões, as abordagens feministas ampliam a compreensão das desigualdades estruturais da economia global e desafiam concepções restritas de eficiência e racionalidade econômica.

Outra contribuição relevante das abordagens críticas contemporâneas provém da economia política pós-colonial e decolonial. Essas perspectivas denunciam a persistência de estruturas coloniais de poder na EPI, mesmo após os processos formais de descolonização. Autores pós-coloniais argumentam que a produção de conhecimento econômico é marcada por eurocentrismo, reprodu-

zindo hierarquias epistemológicas que marginalizam experiências históricas e saberes do Sul Global (Escobar, 2010).

Na EPI, a abordagem decolonial problematiza categorias universais como “desenvolvimento” e “modernização”, demonstrando como elas foram historicamente utilizadas para legitimar intervenções econômicas e políticas em países periféricos. Quijano (2005) enfatiza que com a colonialidade do poder, essas abordagens revelam como relações de dominação racial, cultural e epistemológica continuam a estruturar a economia global contemporânea. Dessa forma, a crítica decolonial amplia o horizonte analítico da EPI, incorporando dimensões históricas de longa duração e questionando os fundamentos normativos da ordem econômica internacional.

As abordagens críticas contemporâneas também dialogam intensamente com a análise das transformações recentes do capitalismo, como a financeirização, a digitalização da economia e a crise ambiental. Para Chesnais (2016), a financeirização, entendida como a crescente centralidade dos mercados financeiros na dinâmica econômica global, é analisada criticamente como fator de instabilidade sistêmica e aprofundamento das desigualdades sociais. Na EPI, essa perspectiva permite compreender como fluxos financeiros globais condicionam políticas nacionais e limitam a autonomia dos Estados.

No campo ambiental, as abordagens críticas destacam a insustentabilidade ecológica do capitalismo global e questionam a separação analítica entre economia e natureza. Foster (2005) argumenta que a economia política ecológica, integrada ao debate crítico da EPI, analisa como a exploração de recursos naturais, as mudanças climáticas e a degradação ambiental estão intrinsecamente ligadas às estruturas de poder e às desigualdades globais. Essa perspectiva evidencia que a crise ambiental não é um problema externo à economia, mas um produto estrutural do modo de produção capitalista.

Apesar de sua diversidade interna, as abordagens críticas contemporâneas compartilham alguns pressupostos fundamentais. Em primeiro lugar, rejeitam explicações ahistóricas e universalizantes, enfatizando a contextualização histórica e social dos fenômenos econômicos. Em segundo lugar, reconhecem o papel central do poder na conformação da EPI, seja ele material, institucional, ideacional ou simbólico (Foster, 2005; Chesnais, 2016). Por fim, adotam uma postura normativa explícita, orientada pela crítica às desigualdades, à dominação e às formas de exclusão produzidas pela economia global.

Peterson (2003) argumenta que, em termos analíticos, essas abordagens contribuem para superar dicotomias tradicionais, como Estado versus mercado, economia versus política e nacional versus internacional. Ao enfatizar a interconexão entre essas esferas, as perspectivas críticas oferecem uma compreensão mais complexa e abrangente da EPI contemporânea. Ao mesmo tempo, sua pluralidade teórica constitui um desafio, na medida em que dificulta a construção de modelos unificados e consensuais.

Ainda assim, a relevância das abordagens críticas contemporâneas é inegável, especialmente em um contexto marcado por crises recorrentes, polarização social, emergência climática e questionamentos à globalização neoliberal, problematizando os fundamentos da ordem econômica internacional e incorporando vozes historicamente marginalizadas, de modo que essas abordagens renovam o campo da EPI e ampliam suas possibilidades analíticas e políticas.

5

PRECÍPUOS PENSADORES DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL



O campo da EPI consolidou-se historicamente a partir de um amplo e diversificado conjunto de contribuições intelectuais que buscaram compreender as relações entre economia, política e poder em escala internacional. Difere-se das disciplinas com cânones teóricos mais homogêneos, caracteriza-se por um diálogo permanente entre tradições analíticas distintas, ancoradas em contextos históricos específicos e em projetos teóricos e normativos frequentemente divergentes. Nesse sentido, a identificação dos principais pensadores da EPI não deve ser entendida como a constituição de um repertório fechado ou consensual, mas como um esforço analítico de mapear autores e correntes que exerceram influência decisiva na formação, consolidação e renovação do campo.

Os pensadores da EPI podem ser compreendidos a partir de diferentes momentos históricos, nos quais determinadas problemáticas assumiram centralidade. Os pensadores clássicos lançaram as bases conceituais da reflexão sobre economia e poder, ainda que não utilizassem a nomenclatura contemporânea da EPI. Já os pensadores do século XX foram responsáveis pela institucionalização do campo, especialmente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela Guerra Fria, pela reconstrução econômica e pela emergência de organismos internacionais. Por fim, os pensadores contemporâneos ampliaram e complexificaram o debate, incorporando novas dimensões analíticas, como ideias, instituições, gênero, meio ambiente e colonialidade.

Os pensadores clássicos constituem o alicerce intelectual da EPI, ao desenvolverem reflexões fundamentais sobre comércio, produção, riqueza, Estado e poder. Autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, embora inseridos em contextos históricos distintos, contribuíram de maneira decisiva para a compreensão das dinâmicas econômicas que ultrapassam as fronteiras nacionais. Smith, ao defender os benefícios do livre-comércio e da divisão internacional do trabalho, inaugurou uma tradição liberal que influenciou profundamente a análise das relações econômicas entre nações. Ricardo, por sua vez, sistematizou o princípio das vantagens comparativas, oferecendo uma explicação teórica duradoura para o comércio internacional.

Karl Marx, em contraste, desenvolveu uma crítica estrutural à economia capitalista, enfatizando a exploração do trabalho, a acumulação de capital e a tendência à expansão global do capitalismo. Sua análise da economia como relação social historicamente determinada tornou-se fundamental para abordagens críticas da EPI, ao revelar como as relações econômicas internacionais estão imbricadas em estruturas de dominação e desigualdade. Ainda no período clássico, o pensamento mercantilista contribuiu para a compreensão da economia como instrumento de poder estatal, antecipando debates posteriores sobre rivalidade interestatal e geoeconomia.

Os pensadores do século XX desempenharam papel central na consolidação da EPI como campo acadêmico relativamente autônomo. Esse processo ocorreu em um contexto marcado pela intensificação das interdependências econômicas, pela expansão do capitalismo industrial e financeiro e pela crescente institucionalização das relações internacionais. Autores como John Maynard Keynes introduziram novas formas de pensar a relação entre Estado e economia, destacando o papel da intervenção estatal na regulação dos mercados e na mitigação das crises econômicas. Embora sua contribuição não se restrinja à EPI, o keynesianismo influenciou profundamente os debates sobre governança econômica internacional e cooperação monetária.

No âmbito da análise do poder e da hegemonia, pensadores como Hans Morgenthau e, posteriormente, autores vinculados ao realismo econômico, enfatizaram a centralidade do Estado e da competição interestatal na economia global. Ao mesmo tempo, a tradição estruturalista e dependentista, especialmente desenvolvida na América Latina, introduziu uma crítica sistemática às assimetrias do sistema econômico internacional. Raúl Prebisch, Celso Furtado e Theotonio dos Santos demonstraram como a inserção periférica das economias latino-americanas condicionava suas possibilidades de desenvolvimento, contribuindo para uma compreensão histórica e estrutural da EPI.

Ainda no século XX, a contribuição de autores marxistas e neomarxistas foi decisiva para ampliar o escopo analítico do campo. A teoria do imperialismo, os estudos sobre sistema-mundo e as análises da hegemonia capitalista permitiram compreender a economia global como um sistema histórico integrado, marcado por ciclos de expansão, crise e reestruturação. Nesse contexto, a EPI passou a ser concebida não apenas como um conjunto de interações entre Estados, mas como uma totalidade estruturada por relações sociais, econômicas e políticas em escala mundial.

Os pensadores contemporâneos da EPI aprofundaram esse movimento de pluralização teórica, incorporando novas agendas de pesquisa e novos referenciais analíticos. A partir das últimas décadas do século XX, o campo passou a dialogar intensamente com a teoria crítica, o construtivismo, o feminismo, os estudos pós-coloniais e a economia política ecológica. Autores contemporâneos passaram a questionar pressupostos naturalizados sobre mercados, desenvolvimento e globalização, enfatizando o papel das ideias, dos discursos e das instituições na conformação da economia global.

Nesse contexto, destacam-se contribuições que analisam a EPI a partir da noção de hegemonia, compreendendo a ordem econômica internacional como resultado de consensos historicamente construídos e sustentados por relações de poder. Outros pensadores contemporâneos enfatizam a financeirização do capitalismo, a transnacionalização da produção e a centralidade das cadeias globais de valor, revelando novas formas de dominação e dependência. Além disso, abordagens feministas e decoloniais ampliaram significativamente o campo, ao evidenciar como gênero, raça e colonialidade estruturam as relações econômicas globais.

Os pensadores contemporâneos também têm contribuído para a incorporação de temas urgentes, como a crise ambiental e a sustentabilidade, à agenda da EPI. Ao analisar a relação entre economia global e degradação ambiental, essas abordagens questionam a viabilidade de um modelo de desenvolvimento baseado na expansão ilimitada do capital. Esse movimento reforça o caráter normativo e crítico da EPI, aproximando a reflexão teórica de debates éticos e políticos sobre o futuro da ordem econômica mundial.

Pensadores clássicos

Os pensadores clássicos constituem o alicerce intelectual sobre o qual se estruturaram as principais categorias analíticas da EPI. Ainda que esses autores não tenham formulado suas reflexões a partir de um campo disciplinar já institucionalizado, suas obras lançaram fundamentos decisivos para a compreensão

das relações entre produção, comércio, Estado, poder e riqueza em escala internacional. A centralidade desses pensadores reside no fato de terem elaborado interpretações sistemáticas sobre o funcionamento do capitalismo nascente, a organização dos mercados e o papel das unidades políticas na condução da vida econômica, elementos que permanecem estruturantes nos debates contemporâneos da EPI.

O pensamento clássico emerge em um contexto histórico marcado pela transição do feudalismo para o capitalismo, pela consolidação dos Estados nacionais europeus e pela expansão do comércio internacional a partir dos séculos XVI e XVII. Esse período é caracterizado pela intensificação das trocas mercantis, pela formação de impérios coloniais e pela crescente interdependência econômica entre regiões do mundo. Nesse cenário, os pensadores clássicos buscaram compreender como a riqueza era produzida, distribuída e apropriada, bem como os mecanismos que regulavam as relações econômicas entre diferentes sociedades políticas.

Um dos primeiros conjuntos de ideias relevantes para a EPI encontra-se no pensamento mercantilista, que predominou entre os séculos XVI e XVIII. Embora não constitua uma escola homogênea, o mercantilismo compartilha a concepção de que a riqueza nacional está associada ao acúmulo de metais preciosos e à obtenção de superávits comerciais. Para os mercantilistas, o comércio internacional é um jogo de soma zero, no qual o ganho de uma nação implica a perda de outra. Essa visão atribui ao Estado um papel central na regulação da economia, por meio de políticas protecionistas, controle do comércio e incentivo às exportações (Heckscher, 1955).

A relevância do mercantilismo para a EPI reside na sua compreensão da economia como instrumento de poder estatal. Ao enfatizar a competição entre Estados por recursos e mercados, os mercantilistas anteciparam debates posteriores sobre rivalidade econômica, geopolítica e segurança nacional. Ainda que criticado por pensadores liberais posteriores, o mercantilismo permanece como referência fundamental para análises que destacam a dimensão estratégica da economia internacional.

A ruptura com o mercantilismo ocorre de forma mais sistemática com a emergência da economia política clássica, especialmente a partir das contribuições de Adam Smith. Em *A riqueza das nações*, Smith propôs uma crítica contundente às políticas mercantilistas, defendendo que a riqueza não deriva do acúmulo de metais preciosos, mas da capacidade produtiva do trabalho. Para Smith, a divisão do trabalho e a especialização produtiva constituem as principais fontes de aumento da produtividade e do bem-estar social (Smith, 1996).

No âmbito da EPI, a contribuição de Smith é central por sua defesa do livre-comércio como mecanismo capaz de promover ganhos mútuos entre as nações. Ao argumentar que a abertura comercial permite que cada país se especialize naquilo que produz de forma mais eficiente, Smith estabeleceu as bases normativas e analíticas do liberalismo econômico. Além disso, sua concepção de que os mercados possuem mecanismos autorreguladores influenciou profundamente a forma como as relações econômicas internacionais passaram a ser interpretadas, reduzindo a legitimidade da intervenção estatal excessiva na economia.

O pensamento liberal clássico foi aprofundado por David Ricardo, cuja principal contribuição à EPI reside na formulação da teoria das vantagens compara-

tivas. Ricardo (1996) demonstrou que mesmo países menos eficientes na produção de todos os bens podem se beneficiar do comércio internacional, desde que se especializem naqueles produtos em que apresentam menor custo relativo. Essa formulação conferiu rigor teórico à defesa do livre-comércio e tornou-se um dos pilares das análises econômicas internacionais.

A teoria ricardiana das vantagens comparativas exerceu influência duradoura sobre a EPI, ao fornecer uma explicação sistemática para a interdependência econômica entre nações. No entanto, sua abstração em relação às relações de poder, às desigualdades estruturais e às condições históricas concretas também motivou críticas posteriores, especialmente por parte de abordagens estruturalistas e marxistas. Ainda assim, a contribuição de Ricardo permanece fundamental para compreender a lógica liberal que permeia grande parte das instituições econômicas internacionais contemporâneas.

Em contraste com o liberalismo clássico, o pensamento de Karl Marx representa uma inflexão crítica decisiva na tradição da economia política. Marx desenvolveu uma análise histórica e estrutural do capitalismo, compreendendo-o como um modo de produção baseado na exploração da força de trabalho e na apropriação privada do excedente econômico. Para Marx, a dinâmica do capital é marcada por contradições internas que impulsionam sua expansão contínua e sua internacionalização (Marx, 2013).

Na EPI, a contribuição marxiana é central por revelar que as relações econômicas internacionais não podem ser compreendidas apenas como trocas voluntárias entre agentes racionais, mas como expressões de relações sociais de dominação. A expansão do capitalismo para além das fronteiras nacionais é interpretada como necessidade estrutural do processo de acumulação, o que implica a incorporação desigual de diferentes regiões ao mercado mundial. Essa perspectiva fornece a base teórica para análises críticas do imperialismo, da dependência e das desigualdades globais.

Além de Marx, outros pensadores clássicos contribuíram para a formação das categorias analíticas da EPI. Friedrich List, por exemplo, desenvolveu uma crítica nacionalista ao liberalismo econômico, defendendo a proteção das indústrias nascentes como estratégia de desenvolvimento. Para List (1986), o livre-comércio beneficiava desproporcionalmente as nações já industrializadas, enquanto limitava as possibilidades de industrialização dos países atrasados. Sua obra antecipa debates contemporâneos sobre desenvolvimento, política industrial e inserção internacional.

A contribuição de List (1986) é particularmente relevante para a EPI por enfatizar a dimensão histórica e nacional do desenvolvimento econômico. Ao destacar que as políticas econômicas devem ser adaptadas às condições específicas de cada país, List (1986) oferece uma alternativa ao universalismo liberal, reforçando a ideia de que a economia internacional é estruturada por assimetrias de poder e trajetórias históricas diferenciadas. Os pensadores clássicos também incluem autores que, embora menos sistemáticos, influenciaram a compreensão da relação entre economia e política. Em conjunto, os pensadores clássicos forneceram os principais eixos conceituais que estruturam a EPI: a tensão entre mercado e Estado, a lógica da competição e da cooperação internacional, a relação entre riqueza e poder e a historicidade do desenvolvimento capitalista. Suas obras refletem contextos históricos específicos, mas continuam a orientar

debates teóricos e políticos sobre a organização da economia global

Pensadores do Século XX

Os pensadores do século XX desempenharam papel decisivo na consolidação da EPI como campo de investigação sistemático e relativamente autônomo. Há uma diferença dos pensadores clássicos, cujas reflexões estavam dispersas entre a economia política, a filosofia e a teoria do Estado. Os autores do século XX elaboraram suas contribuições em um contexto marcado pela intensificação das interdependências econômicas, pela institucionalização das relações internacionais e pela recorrência de crises profundas do capitalismo. Esse período foi atravessado por eventos estruturantes, como as duas guerras mundiais, a Grande Depressão de 1929, a Guerra Fria, a descolonização e a construção de organismos multilaterais, fatores que moldaram profundamente a agenda teórica da EPI.

Uma das contribuições mais influentes desse período advém de John Maynard Keynes, cuja obra rompeu com os pressupostos do liberalismo clássico ao demonstrar que os mercados não são intrinsecamente autorreguláveis. Em *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Keynes (2018) argumentou que o capitalismo é estruturalmente instável e sujeito a crises de subemprego prolongado, exigindo a intervenção do Estado para garantir níveis adequados de demanda agregada (Keynes, 2018). Embora sua análise estivesse voltada principalmente para economias nacionais, suas ideias exerceram impacto profundo sobre a EPI, sobretudo no que se refere à governança econômica internacional.

O pensamento keynesiano influenciou diretamente a criação do sistema de Bretton Woods, que buscou estabelecer regras para a cooperação monetária e financeira internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. A defesa de mecanismos de coordenação entre Estados e de instituições multilaterais reflete a compreensão de que a estabilidade econômica internacional depende de arranjos políticos deliberados, e não apenas das forças de mercado. Nesse sentido, Keynes contribuiu para uma visão da EPI que reconhece a centralidade das instituições e da cooperação interestatal na regulação do capitalismo global (Keynes, 2018).

No campo do realismo econômico, destaca-se a contribuição de Hans Morgenthau, cuja análise do poder influenciou interpretações da economia como instrumento da política estatal. Embora Morgenthau (2003) seja mais conhecido por suas contribuições à teoria das relações internacionais, sua concepção de interesse nacional e de poder teve impacto significativo sobre abordagens realistas da EPI, que concebem o comércio, as finanças e o acesso a recursos estratégicos como elementos subordinados à lógica da segurança e da rivalidade interestatal.

Ainda no século XX, a tradição estruturalista latino-americana ofereceu uma contribuição fundamental para a EPI ao deslocar o foco analítico das economias centrais para as condições históricas e estruturais do subdesenvolvimento. Raúl Prebisch é figura central nesse debate, ao formular a tese da deterioração dos termos de troca e a noção de centro e periferia. Para Prebisch (2000), a economia mundial é estruturada de forma hierárquica, e o livre-comércio tende a reproduzir desigualdades entre países industrializados e exportadores de produtos primários.

As ideias de Prebisch influenciaram profundamente o pensamento desen-

volvimentista e a formulação de políticas econômicas em países periféricos, ao defenderem a industrialização por substituição de importações e a intervenção estatal como estratégias de desenvolvimento. Na EPI, essa abordagem permitiu compreender como a inserção internacional condiciona trajetórias nacionais de crescimento e como as assimetrias estruturais do sistema econômico global limitam as possibilidades de convergência entre países (Prebisch, 2000).

O estruturalismo latino-americano foi aprofundado por autores como Celso Furtado, cuja análise histórica do desenvolvimento destacou a relação entre estruturas produtivas internas e dependência externa. Furtado argumentou que o subdesenvolvimento não representa uma etapa transitória do capitalismo, mas uma condição estrutural produzida pela forma como determinadas economias foram incorporadas ao mercado mundial (Furtado, 2007). Sua contribuição ampliou a EPI ao integrar história econômica, análise estrutural e reflexão normativa sobre desenvolvimento.

A partir dessas bases, emergiu a teoria da dependência, que constitui uma das contribuições mais originais do século XX à EPI. Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini argumentaram que o capitalismo global se organiza a partir de relações estruturais de dependência, nas quais economias periféricas transferem valor para os centros hegemônicos. Marini (2005) introduziu o conceito de superexploração da força de trabalho para explicar como as economias dependentes compensam sua posição subordinada no sistema mundial.

No campo marxista mais amplo, o século XX assistiu ao desenvolvimento de análises sobre imperialismo, hegemonia e sistema-mundo. Vladimir I. Lenin contribuiu decisivamente ao interpretar o imperialismo como uma fase histórica do capitalismo caracterizada pela exportação de capitais e pela disputa entre grandes potências (Lenin, 2012). Essa abordagem influenciou fortemente a EPI ao articular economia, política e conflito interestatal em uma perspectiva histórica e estrutural.

Posteriormente, Immanuel Wallerstein desenvolveu a teoria do sistema-mundo, oferecendo uma interpretação de longa duração do capitalismo como sistema histórico integrado. Para Wallerstein (2001), a economia-mundo capitalista organiza-se em centro, semiperiferia e periferia, categorias que permitem compreender a mobilidade e a persistência das desigualdades globais. Sua contribuição ampliou o horizonte temporal da EPI e reforçou a análise estrutural das hierarquias internacionais.

Outro autor fundamental do século XX é Robert Gilpin, que sistematizou os principais paradigmas da EPI e analisou a relação entre poder estatal e mudança econômica internacional. Gilpin argumenta que as transformações da economia global estão profundamente ligadas às mudanças na distribuição do poder entre Estados, destacando o papel das potências hegemônicas na criação e manutenção de ordens econômicos internacionais (Gilpin, 2001). Sua obra tornou-se referência central para o diálogo entre abordagens realistas, liberais e críticas.

Ainda no século XX, destaca-se a contribuição de Karl Polanyi, cuja análise histórica do capitalismo revelou o caráter socialmente construído dos mercados. Em *A grande transformação*, Polanyi (2000) argumentou que a tentativa de subordinar a sociedade à lógica do mercado autorregulado gera desorganização social e reações políticas de proteção. Essa perspectiva influenciou profundamente abordagens críticas da EPI, ao evidenciar que a economia global está in-

serida em relações sociais e institucionais mais amplas.

Pensadores contemporâneos

Os pensadores contemporâneos da EPI emergem em um contexto histórico profundamente distinto daquele enfrentado pelos autores clássicos e pelos pensadores do século XX. A partir das últimas décadas do século XX e, sobretudo, no início do século XXI, a intensificação da globalização, a financeirização do capitalismo, a transnacionalização da produção, a revolução tecnológica e a recorrência de crises econômicas e ambientais impuseram novos desafios teóricos ao campo. Nesse cenário, a EPI passou por um processo de renovação analítica marcado pela pluralização de abordagens, pela incorporação de novas agendas e pela problematização crítica de pressupostos anteriormente naturalizados.

De acordo com Arrighi (2016), a característica central dos pensadores contemporâneos é a recusa de explicações reducionistas, sejam elas estritamente economicistas ou excessivamente centradas no Estado. Em lugar disso, esses autores buscam compreender a EPI como um campo no qual se entrecruzam estruturas econômicas, relações de poder, instituições, ideias e conflitos sociais. Essa ampliação do horizonte analítico reflete a complexidade crescente da economia global e a percepção de que suas dinâmicas não podem ser explicadas adequadamente por paradigmas únicos ou modelos universais.

Entre os autores contemporâneos mais influentes, destaca-se Robert W. Cox, cuja contribuição representa um marco na consolidação de uma perspectiva crítica na EPI. Cox propôs uma distinção fundamental entre teorias *problem-solving*, voltadas para a manutenção da ordem existente, e teorias críticas, orientadas para a compreensão histórica e a transformação social. Para o autor, a ordem econômica internacional é resultado de uma combinação específica de forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais, sustentadas por relações de hegemonia (Cox, 1987). Essa abordagem influenciou profundamente a EPI contemporânea ao explicitar o caráter histórico e normativo de toda produção teórica.

A noção de hegemonia, inspirada em Antonio Gramsci, foi amplamente desenvolvida por pensadores contemporâneos para analisar a estabilidade e a mudança na economia global. A hegemonia é compreendida não apenas como dominação material, mas como capacidade de construir consensos em torno de determinadas normas, ideias e instituições. Nesse sentido, a EPI passa a ser interpretada como um espaço de disputa entre projetos hegemônicos concorrentes, nos quais Estados, classes sociais e atores transnacionais desempenham papéis centrais (Cox, 1987).

Outro autor de grande relevância é Susan Strange, cuja obra contribuiu decisivamente para redefinir a agenda da EPI contemporânea. Strange introduziu o conceito de poder estrutural para explicar como determinadas estruturas — produção, finanças, segurança e conhecimento — moldam as possibilidades de ação dos Estados e demais atores internacionais. Para a autora, o poder na economia global não se limita à coerção direta, mas se manifesta na capacidade de moldar as regras do jogo e os contextos nos quais decisões são tomadas (Strange, 1996).

A análise de Strange (1996) sobre a financeirização do capitalismo antecipou

debates centrais da EPI contemporânea, ao evidenciar o crescente poder dos mercados financeiros e sua capacidade de constranger políticas nacionais. Sua crítica à excessiva estatização das análises econômicas internacionais contribuiu para a incorporação de atores privados, instituições financeiras e fluxos transnacionais no centro das investigações da EPI. Dessa forma, Strange ampliou significativamente o escopo analítico do campo.

A renovação da tradição marxista também ocupa lugar de destaque entre os pensadores contemporâneos da EPI. David Harvey é um dos principais expoentes desse movimento, ao analisar o capitalismo contemporâneo a partir das categorias de acumulação por espoliação, compressão espaço-tempo e urbanização do capital. Para Harvey, a expansão do capitalismo nas últimas décadas tem se apoiado crescentemente em mecanismos de despossessão, privatização e financeirização, aprofundando desigualdades sociais e territoriais (Harvey, 2014).

A contribuição de Harvey (2014) é particularmente relevante para a EPI ao articular economia, geografia e poder, demonstrando como a dinâmica do capital se expressa de forma desigual no espaço global. Sua análise das crises recorrentes do capitalismo fornece instrumentos analíticos para compreender a instabilidade estrutural da economia global e os limites das estratégias neoliberais de regulação.

Ainda no campo marxista renovado, destaca-se Giovanni Arrighi, cuja abordagem histórica de longa duração ampliou significativamente a compreensão da EPI. Arrighi (2016) desenvolveu a noção de ciclos sistêmicos de acumulação para explicar a ascensão e o declínio de potências hegemônicas ao longo da história do capitalismo. Para o autor, as transições hegemônicas são marcadas por fases de expansão material seguidas por períodos de financeirização, nos quais o capital busca compensar a queda da rentabilidade produtiva (Arrighi, 2016). Essa interpretação permite compreender as transformações contemporâneas da economia global, incluindo o declínio relativo da hegemonia estadunidense e a ascensão de novas potências. A contribuição de Arrighi (2016) reforça o caráter histórico e sistêmico da EPI, conectando dinâmicas econômicas, políticas e geopolíticas em uma análise integrada.

Os pensadores contemporâneos também ampliaram a EPI ao incorporar abordagens construtivistas, que enfatizam o papel das ideias, normas e discursos na conformação da economia global. John Gerard Ruggie é referência central nesse debate, ao introduzir o conceito de *embedded liberalism* para explicar a ordem econômica do pós-guerra. Ruggie argumenta que a estabilidade dessa ordem derivou da combinação entre abertura econômica internacional e autonomia estatal para promover políticas sociais e de pleno emprego (Ruggie, 1998).

A perspectiva construtivista permite compreender como determinadas ideias econômicas se tornam dominantes e orientam políticas e instituições em escala global. Na EPI contemporânea, essa abordagem tem sido fundamental para analisar a difusão do neoliberalismo, a construção de regimes internacionais e a transformação das normas que regulam o comércio, as finanças e o desenvolvimento.

Outro campo de destaque entre os pensadores contemporâneos é o das abordagens feministas. V. Spike Peterson e J. Ann Tickner argumentam que a EPI tradicional reproduz vieses androcêntricos ao invisibilizar o trabalho reprodutivo e as desigualdades de gênero. Essas autoras demonstram como a economia

global depende de formas de trabalho não remunerado e precarizado, majoritariamente realizadas por mulheres, e como políticas econômicas globais afetam de maneira diferenciada homens e mulheres (Peterson, 2003).

As abordagens pós-coloniais e decoloniais também ocupam espaço crescente entre os pensadores contemporâneos da EPI. Autores como Aníbal Quijano e Arturo Escobar argumentam que a economia global continua estruturada por relações de colonialidade do poder, nas quais hierarquias raciais, culturais e epistemológicas moldam a produção de riqueza e conhecimento. Essa perspectiva problematiza categorias universalizantes e destaca a persistência de padrões coloniais na organização da economia mundial (Quijano, 2005).

Nesse sentido, entende-se que em conjunto, os pensadores contemporâneos da EPI contribuem para um campo teórico plural, crítico e interdisciplinar. Suas análises refletem a complexidade crescente da economia global e a necessidade de integrar diferentes níveis de análise, do local ao global, de modo que esse grupo de pensadores enfatizam o poder, historicidade, desigualdade e conflito, reafirmando o caráter crítico da EPI e sua relevância para a compreensão do mundo contemporâneo.

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao longo deste trabalho, buscou-se desenvolver uma análise abrangente, crítica e historicamente fundamentada dos principais processos, paradigmas e pensadores que estruturam a EPI, considerando suas bases teóricas, transformações históricas e desdobramentos contemporâneos. As discussões empreendidas permitiram evidenciar que a dinâmica econômica internacional não pode ser compreendida de forma isolada, técnica ou neutra, mas deve ser analisada como resultado de relações de poder, disputas políticas, condicionantes históricos e estruturas sociais que moldam a produção, a circulação e a apropriação da riqueza em escala global.

No exame dos fenômenos do imperialismo, do colonialismo e da dependência econômica, ficou evidente que a constituição do sistema capitalista mundial ocorreu de maneira profundamente desigual. As economias centrais consolidaram-se a partir de processos de dominação territorial, exploração de recursos naturais e subordinação política e econômica das regiões periféricas. Mesmo com o fim formal do colonialismo, tais assimetrias persistiram por meio de mecanismos mais sofisticados de controle, como a dependência tecnológica, financeira e produtiva, revelando a permanência de estruturas herdadas do passado no funcionamento atual da economia global. Essas constatações reforçam a necessidade de abordagens críticas capazes de compreender as continuidades históricas que sustentam a desigualdade entre nações.

A análise da globalização econômica e das reconfigurações do capitalismo contemporâneo demonstrou que, embora o discurso dominante enfatize a integração dos mercados, a interdependência e os ganhos mútuos, os efeitos concretos desse processo são profundamente assimétricos. A intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias e informações ampliou a capacidade de atuação de grandes corporações transnacionais e do capital financeiro, ao mesmo tempo em que reduziu as margens de autonomia dos Estados nacionais, especialmente nos países em desenvolvimento. A financeirização da economia, a flexibilização das relações de trabalho e a crescente volatilidade dos mercados evidenciam que a globalização não representa um processo homogêneo ou inevitavelmente benéfico, mas sim um fenômeno marcado por contradições estruturais.

No que se refere às crises econômicas internacionais, o estudo evidenciou que elas não constituem eventos excepcionais ou meramente conjunturais, mas elementos recorrentes do capitalismo. As grandes crises, como a de 1929, a crise do petróleo nos anos 1970, a crise financeira de 2008 e os choques econômicos recentes associados a pandemias e conflitos geopolíticos, revelam fragilidades sistêmicas do modelo de acumulação vigente. Tais crises produzem impactos estruturais profundos, redefinindo políticas econômicas, reconfigurando relações de poder entre Estados e intensificando desigualdades sociais e regionais. Assim, compreender as crises como parte integrante da dinâmica capitalista é fundamental para uma leitura crítica da economia global.

A apresentação dos paradigmas teóricos da EPI permitiu identificar distintas formas de interpretação da ordem econômica internacional. O paradigma liberal destacou-se por sua ênfase na cooperação, na eficiência dos mercados e na racionalidade dos agentes econômicos, oferecendo importantes contribuições para a compreensão do comércio internacional e das instituições multilaterais. Contudo, suas limitações tornam-se evidentes ao subestimar as assimetrias de poder e os efeitos desiguais da liberalização econômica.

O paradigma realista ou mercantilista, por sua vez, contribuiu para ressaltar o papel central do Estado, da segurança nacional e da competição interestatal na dinâmica econômica global. Ao enfatizar a busca por poder e autonomia, essa abordagem oferece uma leitura estratégica das relações econômicas internacionais, embora tenda a reduzir a complexidade das interações econômicas ao conflito entre Estados, negligenciando atores transnacionais e dimensões sociais mais amplas.

Já o paradigma marxista e estruturalista revelou-se fundamental para compreender as raízes históricas e estruturais das desigualdades globais. Ao analisar o capitalismo como um sistema baseado na exploração e na hierarquização entre centro e periferia, essas abordagens oferecem instrumentos analíticos potentes para entender a dependência, o subdesenvolvimento e as limitações impostas aos países periféricos. Apesar de críticas quanto a um suposto determinismo econômico, suas contribuições permanecem centrais para a análise das relações econômicas globais contemporâneas.

As abordagens críticas contemporâneas ampliaram significativamente o campo analítico da EPI ao incorporar dimensões como gênero, meio ambiente, cultura, identidade e poder discursivo. Essas perspectivas questionam a pretensa neutralidade das teorias tradicionais e evidenciam que a economia global é também um espaço de produção simbólica, normas sociais e relações de dominação que extrapolam o âmbito estritamente econômico. Ao integrar múltiplos níveis de análise, tais abordagens contribuem para uma compreensão mais plural e complexa da realidade internacional.

O estudo dos principais pensadores da EPI, desde os clássicos até os contemporâneos, permitiu reconhecer que o pensamento econômico internacional é resultado de um diálogo contínuo entre teoria e contexto histórico. Autores clássicos lançaram as bases conceituais que ainda influenciam o debate atual, enquanto pensadores do século XX responderam aos desafios impostos pelas guerras mundiais, pela Guerra Fria e pela consolidação das instituições econômicas internacionais. Os autores contemporâneos, por sua vez, enfrentam um cenário marcado por crises recorrentes, transformações tecnológicas aceleradas, desafios ambientais globais e profundas desigualdades sociais.

Dessa forma, torna-se evidente que a EPI constitui um campo de estudo dinâmico, plural e em constante transformação, no qual diferentes correntes teóricas coexistem, dialogam e se confrontam. Não há uma única interpretação capaz de explicar, de forma exaustiva, a complexidade das relações econômicas internacionais. Pelo contrário, a articulação entre diferentes perspectivas teóricas mostra-se essencial para uma análise mais abrangente e crítica da realidade global.

Por fim, este trabalho reafirma a importância de uma abordagem histórica, crítica e interdisciplinar para o estudo da EPI. A compreensão das estruturas econômicas globais, de suas crises, de seus paradigmas teóricos e de seus principais pensadores não apenas contribui para o avanço acadêmico, mas também oferece subsídios fundamentais para a formulação de políticas públicas mais justas, sustentáveis e sensíveis às desigualdades internacionais. Ao reconhecer os limites do modelo vigente e as múltiplas vozes que compõem o debate contemporâneo, abre-se espaço para a construção de alternativas que priorizem o desenvolvimento humano, a soberania dos povos e a redução das assimetrias globais.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. *O capitalismo na era da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- BLYTH, Mark. *Great transformations: economic ideas and institutional change in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BLYTH, Mark. *Austerity: the history of a dangerous idea*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BUZAN, Barry. *An introduction to the English School of International Relations*. Cambridge: Polity Press, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CHANG, Ha-Joon. *Economia: modo de usar*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1998.
- COX, Robert W. *Production, power, and world order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press, 1987.
- DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo e dependência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.
- FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. Weaponized interdependence: how global economic networks shape state coercion. *International Security*, Cambridge, v. 44, n. 1, p. 42-79, 2019.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GILPIN, Robert. *Global political economy: understanding the international economic order*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GRIECO, Joseph M. Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism. *International Organization*, Cambridge, v. 42, n. 3, p. 485-507, 1988.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HECKSCHER, Eli F. *Mercantilism*. London: George Allen & Unwin, 1935.

- HECKSCHER, Eli F. *Mercantilism*. 2. ed. London: George Allen & Unwin, 1955.
- HELD, David et al. *Global transformations*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875–1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- KEOHANE, Robert. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and interdependence*. Boston: Longman, 2012.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- KINDLEBERGER, Charles; ALIBER, Robert. *Manias, pânico e crashes*. São Paulo: Nova Cultural, 2011.
- KRUGMAN, Paul. *A consciência de um liberal*. São Paulo: Campus, 2009.
- LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2012.
- LIST, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- PETERSON, V. Spike. *A critical rewriting of global political economy: integrating reproductive, productive and virtual economies*. London: Routledge, 2003.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. São Paulo: Abril Cultural, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, Paris, n. 168, p. 117–142, 2005.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- RUGGIE, John Gerard. International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 379–415, 1982.
- SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- STIGLITZ, Joseph. *Globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2010.
- STRANGE, Susan. *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*.

Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TICKNER, J. Ann. *Gendering world politics: issues and approaches in the post-Cold War era*. New York: Columbia University Press, 2001.

TOOZE, Adam. *Crashed: how a decade of financial crises changed the world*. New York: Viking, 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema-mundo moderno*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagens críticas contemporâneas – 45–53

Adam Smith – 22–25

Análise interdisciplinar – 14–18

B

Banco Mundial – 28–30

Bretton Woods, sistema de – 27–30

C

Capitalismo – 18–22, 27–30

Capitalismo global – 45–53

Comércio internacional – 23–26

Construtivismo crítico – 50–53

Crises econômicas internacionais – 14–18, 27–30

D

David Ricardo – 22–26

Descolonialidade – 52–53

Desenvolvimento – 14–18, 50–53

E

Economia neoclássica – 24–27

Economia Política clássica – 18–25

Economia Política Internacional (EPI) – 12–18, 45–53

Estado, papel do – 22–25, 45–48

F

Financeirização – 14–18

FMI (Fundo Monetário Internacional) – 27–30

G

Globalização – 14–18, 45–53

Governança global – 27–30

H

Hegemonia – 45–50

I

Instituições multilaterais – 27–30

Interdependência econômica – 14–18

K

Karl Marx – 22–26

L

Liberalismo – 45–48

Livre-comércio – 23–26

M

Marxismo/estruturalismo – 45–48

Mercado internacional – 22–26

N

Neoliberalismo – 50–53

O

Ordem econômica internacional – 14–18, 27–30

P

Paradigma liberal – 45–48

Paradigma realista – 45–48

Pensamento clássico – 18–25

Poder – 14–18, 45–50

R

Relações Internacionais – 14–18

Ricardo, teoria das vantagens comparativas – 23–26

S

Sistema internacional – 14–18

Sustentabilidade – 45–53

A obra oferece uma análise sistemática da Economia Política Internacional, apresentando seus fundamentos conceituais, sua formação histórica e seus principais paradigmas teóricos. Ao articular economia, política e poder, o livro examina as contribuições do liberalismo, do realismo, do marxismo/estruturalismo e das abordagens críticas contemporâneas. Discute ainda o papel do Estado, das instituições multilaterais e das transformações do capitalismo global. Trata-se de um estudo propedêutico e analítico que contribui para a compreensão crítica da ordem econômica internacional e de seus desafios atuais.

ISBN 978-65-84364-16-5

